



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE
CIÊNCIAS E MATEMÁTICA**

FRANCISCA MARIA NEVES LOPES

**ENSINO DE MATEMÁTICA PARA MENINAS EM SÃO LUÍS-MA NO PERÍODO
OITOCENTISTA**

**SÃO LUÍS-MA
2025**

FRANCISCA MARIA NEVES LOPES

**ENSINO DE MATEMÁTICA PARA MENINAS EM SÃO LUÍS-MA NO PERÍODO
OITOCENTISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra.

Orientadora: Profa. Dra. Waléria de Jesus Barbosa Soares

**SÃO LUÍS-MA
2025**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Lopes, Francisca Maria Neves.

ENSINO DE MATEMÁTICA PARA MENINAS EM SÃO LUÍS-MA NO
PERÍODO OITOCENTISTA / Francisca Maria Neves Lopes.
2025.

83 f.

Orientador(a): Waléria de Jesus Barbosa Soares.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Ensino de Ciências e Matemática/ccet, Universidade
Federal do Maranhão, São Luís-ma, 2025.

1. Currículo. 2. Matemática. 3. Educação Para
Meninas. 4. São Luís-ma. I. Soares, Waléria de Jesus
Barbosa. II. Título.

FRANCISCA MARIA NEVES LOPES

**ENSINO DE MATEMÁTICA PARA MENINAS EM SÃO LUÍS-MA NO PERÍODO
OITOCENTISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Ensino de Ciências e Matemática, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do título de Mestra.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Waléria de Jesus Barbosa Soares

Universidade Federal do Maranhão – UFMA (Orientadora)

Prof. Dr. Antonio José da Silva

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof. Dr. Carlos André Bogéa Pereira

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

*A meu pai, Vicente, e à minha
mãe, Maria José, que sempre
me incentivaram a estudar e a
não desistir dos meus sonhos.*

AGRADECIMENTOS

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por incentivar a pesquisa e pelo apoio ao Programa de Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal do Maranhão.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), por me conceder uma bolsa de incentivo a pesquisa no mestrado.

À Universidade Federal do Maranhão (UFMA), por ter me proporcionado uma excelente experiência de aprendizagem no decorrer desses dois anos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPECem) por ter me proporcionado o ingresso e permanência no programa, bem como o suporte para o bom desenvolvimento das atividades propostas ao longo dessa trajetória.

A Deus, que sempre esteve ao meu lado me guiando, protegendo e dando forças para não desistir em meio às adversidades. A quem mais eu sou grata.

Aos meus pais que sempre me apoiaram e incentivaram nos estudos, e mesmo depois de adulta eles sempre estão aqui me motivando a não desistir. Com apoio tanto financeiro quanto emocional. Obrigada, por tudo! Amo vocês!

Aos meus irmãos, Henrique, Diléia e Maycon, que mesmo de longe sei que estão sempre torcendo por mim. Sou muito grata a Deus por ter vocês.

A minha orientadora, Waléria Soares, por toda a paciência e cuidado comigo. E, principalmente, por não me deixar desistir. Sou muito grata!

Às minhas tias, Eronilda e Raimunda, que me tratam como filha. Grata por todo apoio que sempre me deram.

Aos meus avós materno e paterno (in memoriam), por toda dedicação que concederam a mim enquanto comigo estiveram.

A minha cunhada Ana Paula, que sempre torce pelas minhas conquistas. Muito Obrigada!

Aos meus sobrinhos e sobrinhas, que tornam os meus dias mais felizes.

A minha prima Liliane, meus primos Mário e Samuel que são como irmãos para mim.

Ao professor Antonio Silva, pelos ensinamentos e conselhos. Foi muito importante para a concretização desse sonho.

Ao meu amigo Mariton, que mesmo com a distância consegue me fazer rir nos dias . Me ajudou muito nessa trajetória.

Aos meus amigos da graduação em Matemática: Fábio, José e Lázaro que mesmo depois que terminamos a licenciatura a amizade continuou.

À Sarah, minha amiga de fé, que sempre tem uma palavra para motivar e para alegrar o dia.

A todos da minha turma do PPECEM, em especial Dayla, Fernanda, Marizete, Paulo Fernando e Wyrlyan com quem tive mais proximidade durante o mestrado.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para essa realização.

RESUMO

O presente trabalho, numa abordagem histórico-cultural, analisa como se deu o ensino de matemática para meninas em São Luís do Maranhão no decurso do século XIX. Deste modo, por meio da análise das fontes pesquisadas, a saber: jornais e almanaques do período, escrevemos uma história acerca dos conteúdos ofertados nos currículos para meninas. Sobre a análise dos nossos achados, os estudos de Del Priore (2020) e Perrot (2019) deram sustentação no que concerne à história das mulheres. Em relação aos estudos realizados sobre gênero e educação matemática, apoiamo-nos nas interpretações de Scott (1990), Sousa; Fonseca (2010) e Chassot (2004). Barros (2023) e Le Goff (1990) foram imprescindíveis na compreensão e utilização das fontes pesquisadas: jornais e almanaques, respectivamente. Sobre a corrente historiográfica História Cultural, no qual a pesquisa foi desenvolvida, usamos os aportes teóricos de Chartier (1990) e Pesavento (2008). Entendemos que houve pequenas mudanças em relação à educação escolarizada para meninas no período analisado, mas a sua função de esposa, mãe e cuidadora dos trabalhos domésticos, mantiveram-se como sendo o seu papel ideal naquela sociedade. Daí, o interesse na escolarização destas, pois a sua formação educacional serviria para educar os filhos, que seriam os futuros cidadãos a contribuírem com a Pátria. Constatamos que, no período oitocentista, a principal diferença existente entre os currículos de meninos e meninas estava exatamente nos conteúdos matemáticos. A própria Lei Educacional Brasileira de 1827 já definia essa diferenciação.

Palavras-chave: Currículo; Matemática; Educação para meninas; São Luís-MA

ABSTRACT

This paper, using a historical-cultural approach, analyzes how mathematics was taught to girls in São Luís do Maranhão during the 19th century. Thus, through the analysis of the sources researched, namely: newspapers and almanacs of the period, we write a history about the contents offered in the curricula for girls. Regarding the analysis of our findings, the studies by Del Priore (2020) and Perrot (2019) provided support regarding the history of women. Regarding the studies carried out on gender and mathematics education, we supported the interpretations of Scott (1990), Sousa; Fonseca (2010) and Chassot (2004). Barros (2023) and Le Goff (1990) were essential in the understanding and use of the sources researched: newspapers and almanacs, respectively. Regarding the Cultural History historiographical current, in which the research was developed, we used the theoretical contributions of Chartier (1990) and Pesavento (2008). We understand that there were small changes in relation to schooling for girls in the period analyzed, but their role as wife, mother and caregiver of domestic chores remained their ideal role in that society. Hence the interest in their schooling, since their educational training would serve to educate their children, who would be the future citizens contributing to the country. We found (up until then) that in the nineteenth century the main difference between the curricula for boys and girls was precisely in the mathematical content. The Brazilian Educational Law of 1827 itself already defined this differentiation.

Keywords: Curriculum; Mathematics; Education for girls; São Luís-MA.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Trabalhos sobre Educação Matemática PROFMAT-UEMA.....	18
Quadro 2 Trabalhos publicados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMA.....	27
Quadro 3 Resultado da pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.....	26
Quadro 4 Escolas, diretoras e endereço das escolas para meninas em São Luís-MA.....	60
Quadro 5 Conteúdos matemáticos em escolas particulares de São Luís-MA.....	75

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Recorte da Lei de 1827.....	43
Figura 2: Recorte da Lei de 1827.....	43
Figura 3: Casarão Solar dos Belfort (Sede do jornal A Pacotilha no século XIX)	56
Figura 4: “ O jornal das Senhoras.....	57
Figura 5: Recorte do Jornal Chrysalida	58
Figura 6: Concessão da jubilação da Mestra Henriqueta Candida Ferreira.....	62
Figura 7: Recorte do edital para seleção de mestres e mestras de Primeiras Letras em 1822..	63
Figura 8: Primeira sede do Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios.....	64
Figura 9: Mapa das educandas que existiam no Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios no ano de 1832.....	65
Figura 10: Prédio construído em 1870 para sediar o Recolhimento de N. Sa. da Anunciação e Remédios.....	69
Figura 11: Anúncio de aulas particulares para meninas.....	70
Figura 12: Aula particular de Santa Bárbara	71
Figura 13: Anúncio do Colégio N. S. da Glória.....	72
Figura 14: Anúncio do Colégio N. S. da Glória em jornal.....	72
Figura 15: Anúncio de aulas particulares para meninos.....	74

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	16
2.1 A matemática para meninas no século XIX em algumas teses e dissertações.....	16
3. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	32
3.1 História da educação escolar para meninas no Brasil no século XIX.....	32
3.2 Gênero e Educação Matemática.....	37
3.3 Os saberes matemáticos na educação de meninas	40
3.4 A História Cultural e a escrita da História	44
3.5 O uso de jornais como fonte de pesquisa.....	46
3.6 Os almanaques como fonte de pesquisa.....	49
4 A MATEMÁTICA ESCOLAR PARA MENINAS EM SÃO LUÍS-MA NO PERÍODO OITOCENTISTA	52
4.1 Uma história da educação escolar para meninas no Maranhão	52
4.2 Identificação de escolas para meninas em São Luís-MA no século XIX	59
4.3 Os saberes matemáticos nas escolas públicas para meninas em São Luís-MA.....	61
4.4 Os saberes matemáticos nas escolas particulares para meninas em São Luís-MA.....	69
5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	77
REFERÊNCIAS.....	79

1 INTRODUÇÃO

As produções científicas, voltadas para a compreensão do papel da mulher na sociedade, têm ganhado um grande espaço. Isso se deve a expansão no número de objetos e fontes de pesquisa que a História cultural proporcionou, pois sabemos que os paradigmas anteriores não concebiam como importantes alguns temas. Apenas os “grandes feitos pelos grandes homens” ganhavam destaque nos escritos históricos e consequentemente as fontes de pesquisa se limitavam aos documentos oficiais.

Assim, este trabalho, apoiado nas discussões da História Cultural, tem como objetivo geral escrever uma história sobre o ensino de matemática e as relações com o gênero feminino em São Luís do Maranhão, durante o século XIX, por meio dos conteúdos ofertados nos currículos para meninas.

Para alcançarmos esse objetivo geral da pesquisa, foram elencados alguns objetivos específicos, a saber: Identificar as escolas que ofertavam aulas para meninas em São Luís-MA no século XIX; verificar quais conteúdos matemáticos eram ofertados nas escolas públicas e particulares de São Luís no período analisado; discutir sobre o modelo ideal de mulher da sociedade ludovicense no período oitocentista e o que isso refletiu nas aulas que eram ofertadas as meninas.

Consideramos o contexto histórico no qual o ensino de matemática a ser pesquisado foi constituído, onde procuramos responder à pergunta: Quais saberes matemáticos eram ofertados às mulheres em São Luís no período oitocentista? Na busca por respostas a esse questionamento, tomamos duas concepções: o conceito de cultura segundo D’Ambrósio (2007), como ações comuns de uma sociedade, como um agregado de indivíduos (todos diferentes) vivendo num determinado tempo e espaço, compartilhando valores, normas de comportamento e estilo de conhecimento; e a ideia de Burke (2005) de que tudo tem história.

Por meio da metodologia de pesquisa histórico-cultural, buscamos identificar as instituições escolares destinadas ao público feminino e quais saberes matemáticos eram ofertados nestas instituições, onde utilizamos como técnica a análise documental.

“Mergulhamos na sociedade ludovicense oitocentista” e iniciamos o nosso levantamento de informações sobre o ensino de matemática oferecido às mulheres. Como Sad e Silva (2008, p. 33) acreditamos que “é muito importante que se cerque o tema, lendo toda ou quase toda a bibliografia disponível sobre ele, fazendo um rastreamento historiográfico de

fontes encontradas em livros, artigos de pesquisa, teses ou mesmo textos gerais publicados em enciclopédias”.

A partir de jornais, Almanques, livros e dissertações do e sobre o período, identificamos as primeiras escolas para meninas, no período e local investigado. Os jornais que circulavam em São Luís-MA remetem a uma documentação geralmente volumosa e organizada segundo planos de classificação, complexos e variáveis no tempo (Cellard, 2012). Desse modo, acabam sendo responsáveis por salvaguardar e preservar histórias que permitem identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade foi pensada, construída e dada a ler pelos distintos modos de ver dos sujeitos de cada época (Chartier, 1990).

A pesquisa se justifica por investigar uma temática pouco discutida por educadores matemáticos do Maranhão, e ainda, do Brasil. Raríssimos são os textos que trazem o ensino de matemática para mulheres, no contexto maranhense, em suas temáticas. Acreditamos que este trabalho contribuirá muito para a desconstrução de estereótipos que ainda perduram na sociedade atual sobre a participação feminina nas ciências, em particular as ciências ditas exatas.

A pesquisa é caracterizada como qualitativa de abordagem histórico-cultural. Utiliza como método ou técnica: análise documental, que segundo Fiorentini e Lorenzato (2006, p. 102) é “aquela que se faz preferencialmente sobre documentação escrita”. E ainda, os documentos só conversam conosco a partir do momento que nós aprendemos a interrogá-los (Bloch, 2001).

Iniciamos a pesquisa com a leitura do livro “*XIX – uma história, uma cidade e os primórdios da matemática*” (Soares, 2018) e da tese “*O dote é a moça educada*”: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República” (Abrantes, 2010), tendo por objetivo levantar as informações relevantes sobre a educação feminina e o ensino de matemática na sociedade maranhense do século XIX, permeando, entre outros, aspectos socioeconômicos, políticos e culturais.

Tal qual as autoras, recolocamo-nos, banhadas pela atmosfera mental de um tempo, com problemas que já não pertencem à sociedade maranhense de hoje (Bloch, 2001), e por meio de informações que não podem ser negligenciáveis, começamos a reconstruir uma realidade não experimentável, a não ser nos vestígios documentais (Ginzburg, 2002).

Nossa análise para a construção deste texto partiu de fontes primárias identificadas e selecionadas nos principais arquivos da Biblioteca Pública Municipal Benedito Leite e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Brasileira.

Então, tomamos aqui jornais, almanques, regimentos e outros documentos, com isso

identificamos e catalogamos escolas para meninas em São Luís no do século XIX. A partir dessa catalogação iniciamos as buscas sobre quais conteúdos de Matemática eram ensinados para as meninas nessas instituições, que na sua maioria eram particulares.

Os jornais e almanaques consultados foram: *O conciliador do Maranhão* (1821-1823), *Farol Maranhense* (1828, 1832, 1832), *Publicador Oficial* (1831), *O investigador Maranhense* (1836), *Correio D'Annuncios* (1851), *Diário do Maranhão* (1881-1882), *Jornal do Comércio* (1858), *Jornal A fé* (1865). Outra fonte utilizada foi o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* (do editor B. de Mattos, e *Almanak do Diário do Maranhão* (1880).

A escolha do período analisado se justifica por se tratar de um século em que o país experimentou a vivência em três períodos históricos, quanto a forma de governo, a saber: Brasil Colônia, Brasil Império e Brasil República. Assim, buscamos identificar o que mudou de um período para outro quanto a educação escolar destinada às meninas.

No decorrer da análise os estudos de Del Priore (2020) e Perrot (2019) deram sustentação no que concerne à história das mulheres. Em relação aos estudos realizados sobre gênero e educação matemática, apoiamo-nos nas interpretações de Scott (1990), Sousa; Fonseca (2010) e Chassot (2004). Barros (2023) e Le Goff (1990) foram imprescindíveis na compreensão e utilização das fontes pesquisadas: jornais e almanaques, respectivamente.

Quanto a estrutura, o trabalho está organizado da seguinte maneira: Primeiro trazemos esse texto introdutório, em seguida, no capítulo 2, apresentamos uma *Revisão de Literatura* na busca por trabalhos sobre a temática estudada, onde as plataformas utilizadas foram: o banco de teses e dissertações da Universidade Federal do Maranhão(UFMA), banco de dados do Grupo Associado de Pesquisa de História da Educação Matemática (GHEMAT/Brasil) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Dentro destas buscas não foram encontradas teses ou dissertações que abordassem diretamente a temática em questão, mas alguns trabalhos foram imprescindíveis para a tessitura deste trabalho por nos fazer compreender a maneira como a educação escolar era ofertada as meninas no século XIX, podemos apontar como exemplo a dissertação de mestrado de Maria José Lobato Rodrigues (2010) do programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão com o título: *EDUCAÇÃO FEMININA NO RECOLHIMENTO DO MARANHÃO: o redefinir de uma instituição, no qual aborda sobre a educação feminina em São Luís no período oitocentista.*

No terceiro capítulo, apresentamos um *Referencial Teórico-Metodológico*, no qual trazemos de forma pontual uma história sobre a educação escolar para meninas no Brasil no

século XIX, fazemos uma breve discussão, com base nos autores já mencionados, sobre gênero e educação matemática. Trazemos ainda os saberes matemáticos para meninas no século XIX a partir do currículo que fora definido na primeira Lei Educacional Brasileira (Lei de 1827).

Ainda no terceiro capítulo, pontuamos sobre como se desenvolve uma escrita histórica que se apoia na corrente historiográfica da História Cultural, corrente na qual essa pesquisa foi desenvolvida. Além disso apontamos os autores que discutem sobre as fontes histórica utilizadas, no caso os jornais e almanaques.

No quarto capítulo intitulado de *A matemática escolar para meninas em São Luís-MA no período oitocentista* trazemos os resultados a partir das fontes analisadas, onde tecemos uma história sobre o ensino de matemática ofertado às mulheres no período analisado e no quinto tópico relatamos algumas considerações.

Acreditamos que os possíveis leitores deste texto, ao se debruçarem sobre a escrita do mesmo, perceberão a importância de estudos de acontecimentos passados como este, pois quando fazemos uma pesquisa histórica questionamos os acontecimentos do passado a partir de problemáticas visíveis do tempo presente.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para uma visão mais ampla deste trabalho, neste capítulo apresentamos algumas produções acadêmicas que discutem sobre o ensino de Matemática para meninas no decurso do século XIX, produzidos no Brasil. Inicialmente realizamos uma busca pelas produções maranhenses, através do repositório de teses e dissertações da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e no banco de teses e dissertações da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Após essa análise em torno das produções a nível de estado, partimos para a leitura dos trabalhos produzidos a nível nacional, no qual as buscas foram realizadas no banco de dados do Grupo Associado de Pesquisa de História da Educação Matemática (GHEMAT/BRASIL) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, com o intuito de fazer uma análise das pesquisas produzidas. Deste modo, procuramos trabalhos que discutem sobre o ensino de matemática para meninas no recorte temporal estudado.

2.1 A matemática para meninas no século XIX em algumas teses e dissertações

A pesquisa deu-se de forma minuciosa, onde primeiramente buscou-se a familiaridade do título com a temática. Posteriormente, foi realizada uma leitura dos resumos dos trabalhos levantados, da introdução e de alguns pontos que poderiam nos dar a ver se a pesquisa se enquadrava no que buscávamos para a compreensão do assunto em pauta, e a partir dessas leituras foi feita a seleção dos trabalhos que estavam alinhados com a temática em estudo. Optou-se pela leitura na íntegra de algumas produções, isso porque procuramos perceber alguns pontos importantes que poderiam contribuir para o desenvolvimento da escrita do presente texto. Dentre estes pontos estão: os objetivos, as metodologias utilizadas e os resultados. Esse exercício de identificação desses elementos dentro das teses e dissertações lidas contribuiu muito para o desenvolvimento da pesquisa em questão.

Serão apresentadas na sequência mencionada (pesquisa a nível de estado e após a nível nacional) somente as teses e dissertações que tiveram aproximações ou estão de acordo com a temática.

No repositório da UEMA as buscas se deram em dois programas de pós-graduação, sendo eles o Mestrado Profissional em Matemática em Rede (PROFMAT) e o Programa de Pós-Graduação em Educação- PPGE.

• Mestrado Profissional e Matemática em Rede Nacional - UEMA

O Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional - PROFMAT é uma pós-graduação *stricto sensu*, ofertada de forma semipresencial e confere o título de mestre em Matemática, tendo como área de concentração a matemática na Educação Básica. O curso é oferecido por uma rede de Instituições de Ensino Superior (IES), apoiado pelo Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* para a Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (PROEB), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e coordenado pela Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), com auxílio do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). O PROFMAT tenciona o atendimento prioritário de professores de Matemática que exercem a docência na Educação Básica, em especial aqueles que atuam na rede pública e que estejam buscando melhorar sua formação profissional.

A pesquisa realizada no PROFMAT da UEMA retornou 65 trabalhos publicados entre 2018 e 2023, mas nenhum destes estão, de alguma forma, associados ao ensino de matemática para meninas, nem mesmo relacionados à tendência da História da Educação Matemática. Os 65 trabalhos podem ser acessados no repositório da UEMA, através do seguinte link: <https://repositorio.uema.br/handle/123456789/2257?offset=0>.

Mesmo não tendo encontrado trabalhos relacionados ao que estamos pesquisando, o contato com as produções científicas do PROFMAT da UEMA, nos possibilita ter uma visão panorâmica do que temos de pesquisas na área da Educação Matemática no estado do Maranhão.

• Programa de Pós-Graduação em Educação - UEMA

O Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Profissional da Universidade Estadual do Maranhão tem como objetivo contribuir com a qualificação profissional dos docentes, formando mestres em educação, almejando habilitar profissionais para que atuem em atividades técnicas-científicas e de inovação, dentro do exercício da docência e também da gestão educacional e escolar.

No repositório de dissertações deste programa possuem 45 trabalhos publicados entre 2020 e 2024, desses 45, 2 estão relacionados com a Educação Matemática, sendo eles:

Quadro 1: Trabalhos sobre Educação Matemática PROFMAT-UEMA

Ano	Autor	Título	Tipo de documento	Instituição	Endereço
2022	Wanderson Carvalho da Rocha	Os textos nos livros didáticos de matemática do ensino médio: contribuições para a alfabetização científica	Dissertação	UEMA	https://repositorio.uema.br/handle/123456789/1862
2022	João Aranha Barros	Formação de professores de matemática e a metodologia resolução de problemas no 5º ano do ensino fundamental: desafios e possibilidades	Dissertação	UEMA	https://repositorio.uema.br/handle/123456789/1772

Como é perceptível pelos títulos dos trabalhos, estes não estão alinhados à tendência da História da Educação Matemática, tendência no qual esta pesquisa está sendo desenvolvida.

Mesmo não tendo encontrado trabalhos relacionados ao que estamos pesquisando, o contato com as produções científicas do PROFMAT e do Programa de Pós-Graduação da UEMA, nos possibilita ter uma visão panorâmica do que temos de pesquisas na área da Educação Matemática nos programas de pós-graduação desta universidade.

Para a busca na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) , selecionamos alguns programas de pós-graduação. Os programas selecionados foram os que estão relacionados ao ensino de ciências e matemática e a educação. Deste modo, quatro programas foram escolhidos, a saber Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT - UFMA)¹, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB)², Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPECCEM)³ e Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED)⁴.

Inicialmente realizamos uma busca em toda a Biblioteca Digital da UFMA sem filtrar pelos Programas mencionados acima, porém sentiu-se a necessidade e também a curiosidade em saber o que cada um desses programas tem pesquisado acerca da História da Educação

¹ Disponível em: [Teses e Dissertações: Buscando no repositório](#)

² Disponível em: [Teses e Dissertações: Buscando no repositório](#)

³ Disponível em: [Teses e Dissertações: Buscando no repositório](#)

⁴ Disponível em : [Teses e Dissertações: Buscando no repositório](#)

Matemática no geral, embora o foco aqui seja apenas os que tenham aproximações com o ensino de matemática para meninas no século XIX.

• Mestrado Profissional e Matemática em Rede Nacional - UFMA

O Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional - PROFMAT, como mencionado em outro momento, é ofertado por uma rede de Instituições de Ensino Superior (IES). E, assim como a Universidade Estadual do Maranhão, a UFMA também oferta essa pós-graduação.

A pesquisa realizada ao PROFMAT da UFMA, por meio da busca na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Maranhão, proporcionou o contato com 55 dissertações defendidas de 2015 a 2022. Os 55 trabalhos foram lidos o título e o resumo, e quando estes não estavam tão claros, buscamos as dissertações na íntegra, para não haver o risco de deixar estudos relevantes fora da revisão. Dentro desse número de trabalhos nos deparamos com pesquisas muito relevantes para promover uma melhoria nas aulas de Matemática da Educação Básica, trabalhos estes que envolvem: jogos matemáticos, tecnologias utilizadas para o ensino de matemática, história da matemática, matemática aplicada, resolução de problemas e modelagem matemática. Essas pesquisas nos dão a ver as abordagens que as tendências na Educação Matemática têm proporcionado. No entanto, não encontramos trabalhos relacionados a História da Educação Matemática e por conseguinte sobre o ensino de matemática para meninas.

Mesmo não encontrando trabalhos relacionados à História da Educação Matemática é importante destacar as propostas alternativas para o ensino de matemática que os trabalhos produzidos pelo PROFMAT-UFMA disponibiliza, no caso, as Tendências em Educação Matemática. Essas tendências têm se difundido nas práticas pedagógicas do ensino de matemática. Entre as já mencionadas encontra-se também a Etnomatemática.

Ao utilizar essas propostas promove-se uma certa ruptura com os parâmetros da “matemática moderna”, levando assim a uma participação mais ativa do educando em seu processo de aprendizagem, e conseqüentemente a compreensão dos conteúdos matemáticos, bem como o desenvolvimento do seu senso crítico.

• Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB)

O Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB/UFMA) é o primeiro programa de mestrado da área de gestão em educação no Maranhão. Foi inaugurado em setembro de 2015. O curso objetiva a formação de profissionais para desenvolverem saberes, competências e habilidades específicas nas diversas áreas do ensino da Educação Básica, atentando-se sempre às atualizações e incorporações permanentes das tecnologias educacionais e do avanço da ciência. Tem como área de concentração o Ensino na Educação Básica e linha de pesquisa Ensino e Aprendizagem na Educação Básica.

A verificação realizada neste programa foi por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMA, no qual foram encontradas 150 dissertações defendidas no período de 2018 a 2024. Dentro dessa relação de trabalhos disponibilizados buscou-se por aqueles que estavam voltados para o ensino de matemática, onde foram identificadas cinco dissertações, são elas: *Proporcionalidade na educação básica: Investigando as possíveis conexões com outros ramos da Matemática, à luz da Teoria dos Registros de Representação Semiótica* (ALMEIDA, 2018); *O multiplano no processo de ensino da matemática: intervenções educacionais para estudantes com deficiência visual e estudantes videntes com dificuldade de aprendizagem* (SÁ, 2019); *Uma proposta de ensino de estatística utilizando a modelagem matemática no Ensino Médio*. (OLIVEIRA, 2019); *Ensino de matemática para estudantes com transtorno do espectro autista nos anos iniciais do ensino fundamental: uma investigação com aporte em representações semióticas*(RODRIGUES, 2021); *Conhecimento numérico por meio da Tabela Zero Mais com adaptações da Tabela Pitagórico e aporte em representações semióticas: uma pesquisa realizada com alunos do 1º e 2º ano do ensino fundamental* (PINHEIRO, 2024). Constatamos que essas pesquisas não contemplam o ensino de Matemática para meninas em São Luís. São dissertações que se inserem na área de Educação Matemática, mas com direcionamento para características mais conceituais e objetivas. Nenhum dos trabalhos está relacionado com a história da educação matemática.

• Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPECEM)

O Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPECEM) tem como objetivo qualificar graduados nos cursos de Ciências, Física, Matemática, Química, Biologia e Pedagogia para atuarem na educação básica e no ensino superior, bem como para o desenvolvimento de pesquisas na área de ensino que estejam alinhadas às necessidades

contemporâneas. A maior parte das produções do programa têm enfatizado as ações regionais, como forma de valorizar as diferenças históricas, a diversidade e a cultura da região.

É um mestrado acadêmico e possui duas linhas de pesquisa, a saber: Ensino, aprendizagem e formação de professores em Ciências e Matemática e Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

A busca realizada nos trabalhos do PPECEM foi realizada por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMA. No total foram encontrados 60 trabalhos, defendidos de 2017 a 2024. Destas 60 pesquisas, apenas 9 estão relacionadas ao ensino de matemática. Todos os trabalhos foram lidos o título e o resumo, e quando necessário uma leitura mais aprofundada, para não correr o risco de deixar de fora algum trabalho que contribuísse de forma significativa com a revisão. No quadro a seguir apresentamos essas produções.

Quadro 2: Trabalhos publicados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMA

Ano	Autor	Título	Tipo de documento	Instituição	Endereço de acesso
2017	Rayane de Jesus Santos Melo	EJA nas licenciaturas em matemática de São Luís (MA): os discursos sobre a estrutura curricular.	Dissertação	Universidade Federal do Maranhão	https://tedeabc.ufma.br/jspui/handle/tede/2022
2018	Claudiomiro Ferreira de Oliveira	“Ao longo de minha juventude fiquei de um lado para outro...”: caminhos e histórias da formação de professores (de matemática) em São José dos Basílios - MA.	Dissertação	Universidade Federal do Maranhão	https://tedeabc.ufma.br/jspui/handle/tede/2106
2018	Gilvan Azevedo dos Santos	O que diz o projeto pedagógico do curso de licenciatura em matemática da Universidade Estadual do	Dissertação	Universidade Federal do Maranhão	https://tedeabc.ufma.br/jspui/handle/tede/2257

		Maranhão sobre a formação de professores?			
2021	Daniela Sales de Oliveira Guimarães	Concepções epistemológicas sobre o uso de tecnologia no ensino de matemática: perspectiva dos formadores de professores do curso presencial de Licenciatura em Matemática da UFMA – Campus São Luís	Dissertação	Universidade Federal do Maranhão	https://tedeabc.ufma.br/jspui/handle/tede/3582
2021	Helismar Medeiros dos Santos	O ensino de matemática para privados de liberdade: um estudo da política estadual de educação do Maranhão.	Dissertação	Universidade Federal do Maranhão	https://tedeabc.ufma.br/jspui/handle/tede/3579
2021	Daniele Sousa de Jesus	Uma história dos grupos escolares de São Luís a partir das finalidades do ensino de desenho (1903-1912).	Dissertação	Universidade Federal do Maranhão	https://tedeabc.ufma.br/jspui/handle/tede/3581
2021	Belyt Sousa Andrade	O pensamento algébrico em livros didáticos da coleção A conquista da matemática dos anos finais do ensino fundamental: um olhar a partir da teoria antropológica do didático	Dissertação	Universidade Federal do Maranhão	https://tedeabc.ufma.br/jspui/handle/tede/3580

2022	Renata Gaspar da Costa	Funções trigonométricas no contexto dos registros de representação semiótica: uma análise em livros didáticos	Dissertação	Universidade Federal do Maranhão	https://tede.bc.ufma.br/jspui/handle/tede/4403
2022	Elke Rusana Pires Santos Ribeiro	As práticas de ensino de desenho na escola modelo Benedito Leite (1900 – 1920)	Dissertação	Universidade Federal do Maranhão	https://tede.bc.ufma.br/jspui/handle/tede/4401

Estes trabalhos encontrados versam sobre o ensino de matemática, porém não discutem sobre o ensino de matemática para meninas em São Luís no período analisado. Duas dissertações encontram-se dentro da tendência desta pesquisa (História da Educação Matemática), mas diferem na temática, são elas: *Uma história dos grupos escolares de São Luís a partir das finalidades do ensino de desenho (1903-1912)* (JESUS, 2021) e *As práticas de ensino de desenho na escola modelo Benedito Leite (1900 – 1920)* (RIBEIRO, 2022). Esta última, a leitura foi mais aprofundada por se aproximar no sentido de se inserir no lugar social e pelo recorte temporal incluir o final do período desta pesquisa.

• Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)

O Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão é um programa que abre espaço para a socialização de conhecimento científico de forma sistemática. Proporciona formação em nível de mestrado e doutorado para docentes pesquisadores direcionados para a problemática da educação no Maranhão e no Brasil, levando em consideração também as interligações com o contexto internacional.

Atualmente o programa conta com três linhas de pesquisa, são elas: 1. História, políticas educacionais, trabalho e formação humana, 2. Instituições educativas, currículo, formação e trabalho docente, 3. Diversidade, cultura e inclusão social.

No banco de teses e dissertações desse programa, que assim como os demais está disponível na Biblioteca Digital de teses e dissertações da UFMA, foram encontrados 357 trabalhos entre teses e dissertações apresentadas de 2005 a 2024.

Das produções voltadas para o ensino de Matemática, apenas duas foram encontradas, a saber: *CONCEPÇÕES DE MATEMÁTICA DE PROFESSORES EM FORMAÇÃO: outro olhar sobre o fazer matemático* (CASTRO, 2009) e *A docência em matemática na educação profissional integrada ao Ensino Médio* (REIS, 2020). São trabalhos que trazem importantes discussões sobre a formação do professor de Matemática, porém não se alinham a esta pesquisa, que tem como foco o ensino de matemática para meninas em São Luís no decurso do século XIX.

Dois trabalhos encontrados nesta busca, mostraram-se de grande relevância para esta pesquisa que foi a dissertação intitulada “*EDUCAÇÃO FEMININA NO RECOLHIMENTO DO MARANHÃO: o redefinir de uma instituição*” (RODRIGUES, 2010), disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/181> e a outra com o seguinte título: “*A MULHER DEVE SER BELA, DEVE TER GRAÇAS E ENCANTOS : educação de salão na São Luís republicana(1890-1920)*”(SILVA, 2011), que está disponível no seguinte endereço: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/208>. Mesmo não se tratando propriamente do ensino de matemática, eles trazem questões importantes para pensar a educação feminina no século XIX no Maranhão.

O trabalho de Rodrigues (2010), por meio de uma abordagem histórico-educacional, faz uma análise de como a instituição maranhense de reclusão feminina Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios recriou sua função social, no qual deixa de oferecer as recolhidas apenas a educação moral e religiosa, passando a incorporar, de forma gradativa, características de um ensino escolarizado a partir da segunda metade do século XIX. A pesquisa mostra de forma sintetizada a trajetória do Recolhimento ao longo dos seus 142 anos de funcionamento, buscando assim identificar os fatores que levaram a essa mudança.

Na perspectiva apresentada por Rodrigues (2010), as mudanças da função social do Recolhimento do Maranhão não se distanciava da concepção de educação feminina que já vinha sendo cultivada ao longo da história, ou seja, o papel de esposa e mãe continuava a ser o destino ideal à mulher, entretanto, fazia-se necessário que essa função fosse desempenhada com o suporte de uma educação escolarizada, para que essa educação fosse aproveitada na instrução dos filhos, que seriam os futuros cidadãos à serviço da Pátria.

A pesquisa desenvolvida por Silva (2011) analisa a educação de salão que as mulheres ludovicenses recebiam, mais especificamente as mulheres das camadas média e alta da

sociedade. Trata-se de um contexto do final do século XIX em que várias transformações estavam ocorrendo em São Luís, transformações essas voltadas para atender o discurso republicano de progresso.

Com essas mudanças era importante para a sociedade da época que as características femininas como a docilidade e o recato se mantivessem. Assim, além da formação para serem esposas, para a maternidade e a beleza, também era importante a educação escolar.

Como o trabalho de Silva (2011) traz um tópico sobre a educação escolar no final do século XIX em São Luís, ele oferece grandes contribuições para a escrita de uma história sobre o ensino de matemática para meninas no período já mencionado, uma vez que se situa no tempo e lugar estudado. A relevância deste, encontra-se ainda no fato de possuir os jornais como uma de suas fontes de pesquisa, o que nos auxilia na compreensão dos usos dessas fontes para a produção escrita da história.

• Grupo Associado de Estudos e Pesquisa sobre História da Educação Matemática (GHEMAT-BRASIL)

As atividades do Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática- GHEMAT-Brasil foram iniciadas no ano de 2000, em São Paulo. O grupo desenvolve projetos de pesquisas com o objetivo de produzir história da educação matemática. Deste modo, busca seus referenciais teóricos na História.

Os estudos desenvolvidos pelo grupo envolvem várias temáticas sobre a história da educação matemática, resultando em inúmeras publicações de artigos, livros, periódicos, dissertações e teses. Além das publicações os pesquisadores também realizam seminários e congressos para divulgação das pesquisas, trazendo assim grandes contribuições para a educação matemática.

No ano de 2018, o GHEMAT-Brasil foi criado, um grupo associado de pesquisadores brasileiros que se interessam pelo desenvolvimento de projetos coletivos de investigação. Assim, o grupo funciona como uma verdadeira rede de pesquisa, tendo em vista que utiliza um repositório de conteúdo virtual. Neste repositório são armazenadas documentações enviadas de diferentes estados do país, o que favorece os estudos sobre história da educação matemática no Brasil. Atualmente, o presidente do grupo é o professor Dr. Wagner Rodrigues Valente (UNIFESP) e a vice-presidente é a professora Dra. Neuza Bertoni Pinto (REAMEC), na gestão 2022 a 2026.

Foram localizados 178 trabalhos na base de dados do GHEMAT (entre teses e dissertações) com datas de defesa de 1993 a 2024. Estas pesquisas podem ser acessadas através do Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio do seguinte endereço: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769>. O acesso é público e gratuito.

Todos os trabalhos foram lidos o título e o resumo, e outros foi necessária uma leitura mais aprofundada. Em relação ao objeto de estudo, não foram encontrados trabalhos associados ao ensino de matemática para meninas.

• Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) foi projetada e é mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e faz parte da Biblioteca Digital Brasileira (BDB), apoiada pela Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP). Oficialmente, a BDTD foi lançada em 2002. O seu objetivo é favorecer o acesso e a divulgação de dissertações e teses produzidas por pesquisadores das instituições brasileiras.

Quando a busca foi realizada (em outubro de 2024) a BDTD contava com 147 instituições cadastradas e disponibilizava 675.049 dissertações, 251.369 teses e 926.418 documentos. O acesso a esses materiais pode ser feito pelo seguinte endereço: <http://bdtd.ibict.br>.

Na busca por produções que abordam sobre o ensino de matemática para meninas no século XIX, utilizou-se como palavra-chave a seguinte expressão: *ensino de matemática para meninas no século XIX*.

A pesquisa retornou 15 resultados, destes apenas 4 estavam associados à temática em questão. São os trabalhos elencados no quadro a seguir.

Quadro 3: Resultado da pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Ano	Título	Autor	Tipo	Instituição	Acesso
1997	Em busca de novos papéis : imagens da mulher leitora no Brasil (1890-1920)	Barbara Heller	Tese	Universidade Estadual de Campinas	https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_5bbdf893b88d3c057078df4a6c914a6b
2012	José Veríssimo: ciência e educação feminina no século XIX	Lêda Valéria Alves da Silva	Dissertação	Universidade Federal do Pará	https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPA_909548ce2c9a38e20fcf9b788d715c65
2020	O ensino de matemática para mulheres no Colégio Piracicabano (1881-1908)	Renata Caterine Gambaro Cleto da Silva	Dissertação	Universidade Estadual Paulista	https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_1382f3af9ce6715b7be373cdbedfea22
2023	Matemática e docência feminina: descortinando alguns aspectos emblemáticos envoltos às relações de poder	Lorrayne Ferreira dos Santos de Paula	Dissertação	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRRJ-1_a649c5489784c7cb83b3d9b7007bbaf4

Após a catalogação desses trabalhos, eles foram examinados e lidos de forma mais aprofundada, uma vez que se aproximam da temática desenvolvida nesta pesquisa, permitindo assim uma ampliação do conhecimento acerca do que se propõe.

Para discorrer de forma breve sobre os assuntos tratados em cada produção, os trabalhos serão apresentados na ordem cronológica do período de defesa. (mesma ordem do quadro acima)

A pesquisa de Heller (1997) parte de obras ficcionais, que retratam a leitura e sua inserção no universo feminino, para dizer que mesmo sendo obras de ficção, as leitoras que aparecem como personagens nesses escritos sugerem a lentidão no processo de aquisição das mulheres aos livros. O período analisado pela autora é o final do século XIX e início do século XX e os autores mencionados que retratam essa mulher em suas obras são: França Júnior, Coelho Neto, Machado de Assis, Valentim Magalhães, Lima Barreto, Julia Lopes de Almeida, Adolfo Caminha e Rachel de Queirós. Ela enfatiza que mesmo tendo havido alguns movimentos socioeconômicos que priorizavam as necessidades da educação feminina (principalmente campanhas contra o analfabetismo realizadas pelo governo e as lutas do movimento feminista) a história da educação feminina brasileira confirma o quanto foi difícil a formação do público feminino leitor.

Um outro ponto importante que a autora traz é o entrave encontrado mesmo quando as mulheres eram alfabetizadas, pois a Igreja e a família consideravam que algumas leituras, como os romances, poderiam ser perigosas para a formação moral da mulher. Deste modo, as mulheres deveriam ler apenas o necessário para lecionar sobre as primeiras letras e as primeiras operações matemáticas para as próximas gerações.

A autora adota como método de investigação a introdução do não-literário para abordar o literário, partindo do pressuposto de que, em muitos casos, os escritores acabam por registrar em suas obras a realidade da época e das próprias vivências. Porém, é importante que se perceba que a literatura também pode funcionar como uma verdade utópica, onde o autor registra uma realidade almejada e não a que ele vive no momento. Mas, Heller (1997), não identificou a vertente utópica nas obras analisadas, e sim dados que apontam a realidade de então.

É um trabalho com grandes contribuições para a construção da história da leitura feminina no Brasil, pois não se limitou apenas à questão literária, mas uma diversidade de fontes foi consultada.

O segundo trabalho, escrito por SILVA (2012), a autora examina o pensamento do escritor paraense José Veríssimo, relacionados aos estudos das ciências naturais e as ideias que este aponta sobre a educação científica feminina na transição do Império para a República. O trabalho traz as ideias de educação de José Veríssimo, principalmente acerca da indicação de um currículo a ser ensinado às mulheres para terem melhor desempenho na aprendizagem do conhecimento científico.

O próximo texto que traz como título: *O ensino de matemática para mulheres no Colégio Piracicabano (1881-1908)* (SILVA, 2020) elabora uma interpretação histórica sobre o ensino de matemática para meninas no final do século XIX e início de século XX no Colégio Piracicabano, situado na cidade de Piracicaba, sendo este o primeiro colégio metodista do Brasil. É um trabalho que se insere na corrente historiográfica da História Cultural e utilizou como fontes para a pesquisa o jornal *Gazeta de Piracicaba*, as cartas de Marta Walts ao órgão metodista norte-americano e algumas leis da época. A autora destaca as mudanças promovidas na educação das meninas de Piracicaba com a inserção da Geometria e da Álgebra no currículo escolar.

A última produção analisada, escrita por Paula (2023) tem como objetivo discorrer sobre as relações de poder na sociedade, no qual essas relações se estendem às relações de gênero, destacando a docência como profissão feminina.

A escolha por essa produção se deu pelo fato de entender que o levantamento histórico bibliográfico realizado pela autora acerca do acesso das mulheres à educação pode contribuir com este estudo.

Com essas buscas acreditamos que este levantamento bibliográfico será muito relevante para a tessitura do trabalho de dissertação, pois conseguimos perceber alguns pontos importantes sobre a educação escolar feminina no século XIX no Brasil. Assim, possibilitou a visualização mais ampla do nosso campo de pesquisa, uma vez que estes trabalhos detalham o exame das fontes, o referencial teórico metodológico utilizado, bem como as mudanças ocorridas no ensino de matemática para meninas.

A conferência do material levantado, evidencia que nenhuma tese ou dissertação disponibilizada nos bancos de dados recorridos até o momento tem como objetivo escrever uma história sobre o ensino de matemática para meninas em São Luís-MA no século XIX. Nesta perspectiva, a escolha por esta temática trará contribuições significativas para pesquisas futuras no estado do Maranhão, para outros estados brasileiros, e quem sabe para outras nações.

Por fim, é importante destacar que este levantamento não contempla todas as produções de teses e dissertações defendidas no Brasil.

No decorrer das pesquisas, percebeu-se que as discussões relacionadas à História da Educação Matemática ainda são pouco difundidas. E, muitas vezes, ela vem como sendo um campo similar ou integrante da História da Matemática. A respeito dessa similaridade e da necessidade da desconstrução dessa visão de sobreposição entre esses campos de estudo, ressalta Valente (2010):

Buscando construir um espaço próprio de pesquisa, os estudos sobre história da educação matemática vêm tentando mostrar que não são redutíveis àqueles histórico-matemáticos. O que permite dizer que história da matemática e história da educação matemática não são histórias que possam ser sobrepostas. (Valente, 2010, p.6)

Deste modo, há uma produção considerável em relação a História da Matemática e poucas produções que discutem a História da Educação Matemática. Para Valente (2010),

evidentemente que, por sua emergência tão recente, a área “história da educação matemática” encontra resistências em sua afirmação no âmbito da comunidade científica. Uma delas parece ser a daqueles que até então julgavam que também o passado do ensino elementar da Matemática constitui parte integrante da História da Matemática (Valente, 2010, p. 6).

Muitas das práticas de sala de aula adotadas pelo professor de matemática estão ligadas a representações do passado que foram consolidadas como “verdades inquestionáveis” e que criam empecilhos para o bom desempenho das atividades desses profissionais. Assim, a História da Educação Matemática, problematiza essas questões consolidadas recorrendo às fontes e documentos referentes às práticas pedagógicas que aconteceram no passado, mas não objetivando escrever algo que se consolide como única verdade, pois “escrever história não é estabelecer certezas, mas é reduzir o campo das incertezas, é estabelecer um feixe de probabilidade”. (Borges, 1993, p.69)

Fazer esta revisão da literatura, nos possibilitou a percepção do quão necessária é esta pesquisa, uma vez que não se tem trabalhos que contemplem esta temática em nosso estado. Usando de uma metáfora para descrever o sentimento que inicialmente se propagou com essa busca nos bancos de teses e dissertações mencionados, podemos dizer que adentramos em um caminho desconhecido no qual acreditamos que podemos conhecer, ao menos em parte, e levar outras pessoas a também conhecerem, e quem sabe instigar outros caminhantes a abrir novas veredas no mesmo sentido do caminho. Ou, ainda, que esta mesma caminhante cada vez que olhar para este destino encontre algo que até então não havia percebido.

Foi exatamente esse o sentimento quando nos deparamos com a escassez de pesquisas em relação à temática, mas foi pensando em algo que proporcionasse algo novo e relevante que nos debruçamos sobre as fontes históricas que nos possibilita dar algo novo e necessário à comunidade científica, pois sabemos o quão é importante o conhecimento histórico para a compreensão da realidade do tempo presente, ou seja, “viver sem história é ser uma ruína ou trazer consigo as raízes de outros. É renunciar a possibilidade de ser raiz para outros que vem

depois. É aceitar, na maré da evolução humana, o papel anônimo de plâncton ou de protozoário”. (Ki-Zerbo, 2010, p.57)

Assim, esta pesquisa servirá como raiz para outras pesquisas que virão futuramente. Que tenhamos sempre em mente que fazer pesquisa é exatamente isso, mergulhar no novo, fazer descobertas, e mesmo quando já se tem algo sobre determinado tema, o olhar de cada pesquisador pode direcionar-se para um ponto que um outro não tenha observado.

Fazemos referência a comunidade científica, mas a pretensão, na realidade, é que este trabalho não seja apenas para os pares do meio acadêmico, mas para a comunidade leitora no geral que se interesse pela temática. Pensando nisso, fizemos uma apresentação de cada programa no qual foram feitas as buscas.

Para quem é do meio acadêmico, pode achar desnecessário essa apresentação por já ter, de alguma forma, conhecimento desses programas, mas uma pessoa que não faz parte desse meio é interessante que tome conhecimento dos bancos de dados onde as buscas foram realizadas.

3. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

*“Enquanto pelo velho e novo mundo vai
ressoando o brado –emancipação da mulher -,
nossa débil voz se levanta, na capital do império
de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres!”*

Nísia Floresta, 1853

O presente capítulo traz as principais referências teóricas que deram sustentação à escrita deste trabalho. Assim, discute o pensamento de autores que versam sobre a educação feminina na história do Brasil, principalmente no século XIX, que é o foco desse texto. Além disso, aponta a corrente historiográfica no qual a dissertação se pautou (História Cultural), e como esta se aplica na escrita da história pelo pensamento de alguns historiadores que procuraram defini-la e caracterizá-la.

O capítulo mostra ainda, à luz de alguns autores, as relações entre gênero e educação matemática, enfatizando como alguns discursos se constroem em meio às interações sociais.

Também aponta para os teóricos que discutem sobre as fontes de pesquisa que foram utilizadas, a saber: jornais e almanaques, mostrando a maneira como tais fontes são importantes para se compreender determinados acontecimentos que estão em um tempo que não mais nos pertence.

A partir das indagações que fizemos a estes vestígios pudemos tecer esta narrativa sobre tal fato. Não estabelecemos aqui uma verdade absoluta, pois temos convicção de que isso não é possível, mas ao menos nos aproximamos, de alguma forma, do que na realidade aconteceu.

3.1 História da educação escolar para meninas no Brasil no século XIX

Para começarmos a falar de uma educação feminina no período analisado, convém que retomemos as condições dessa educação no período colonial, tendo em vista que no início do século XIX o Brasil ainda era uma colônia. Assim, vemos que durante esse período a Igreja Católica e o Estado Português criaram um perfil ideal de mulher, e esse ideal de mulher se manteve durante todo o século XIX e ainda encontramos resquícios na atualidade.

Desse modo, de maneira geral, a mulher deveria ser preparada para a vida doméstica e o cuidado com os filhos. Entre as filhas das classes abastadas, por sua vez, o aprendizado da leitura e da escrita restringia-se ao que interessava ao funcionamento do futuro lar, enquanto que as de famílias despojadas permaneciam analfabetas, na sua grande maioria. (Rodrigues, 2010, p.22)

Assim, como herança do período colonial, vamos ter um século XIX com uma população feminina, em sua maioria, analfabeta, tendo em vista que, o acesso a mesma, era uma prioridade das elites, embora tenha surgido algumas escolas públicas.

Com o advento do capitalismo, e com os ideais de modernidade que propagavam pelo mundo com a Revolução Industrial iniciada no século XVIII na Inglaterra, o mundo começa a ver a educação como algo indispensável, porém vai haver uma diferenciação de oferta dessa educação entre meninos e meninas, pois a figura feminina era idealizada para um determinado fim na sociedade. Com isso, as mães preocupavam-se com a educação dos filhos, e esta preocupação dava-se pela escassez de escolas, como menciona Del Priore (2020):

A grande preocupação das mães era a possível educação dos filhos. Possível, pois não havia escolas. Elas eram as mestras das primeiras letras e das primeiras orações. Não por acaso, leem-se nos testamentos da época, pedidos como o que fez certa Beatriz Moreira à curadora de seus filhos, a viúva Bárbara Ribeiro: “Mandasse ensinar os machos a ler e escrever e contar e as fêmeas a coser e a lavar e todos os bons costumes”. (Del Priore, 2020, p.24)

A educação no qual Del Priore relata é sobre a educação dos filhos da elite colonial e mesmo entre estas camadas havia a preocupação em torno da escassez de escolas. Porém, o que chama a atenção nesse trecho é a grande disparidade existente entre o que era ensinado aos meninos e as meninas.

Sabe-se que a primeira metade do século XIX foi um período de grandes mudanças no país, principalmente no aspecto político, pois houve uma mudança na forma de governo, onde o Brasil deixa de ser colônia de Portugal, tendo início o Período Imperial.

Com a Proclamação da Independência, o que se percebia, ou se propagava por meio do discurso oficial, era a necessidade da construção de uma imagem do país que se distanciasse das características próprias de quando ainda era colônia, sendo atrasado, inculto e primitivo. (Louro, 2022, p.443)

Nessa conjuntura, foi outorgada, em 1824, a primeira Constituição brasileira, que se manteve em vigor até a Proclamação da República, em 1889.

Nesta primeira Constituição, outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em seu artigo 179, baseado nos princípios liberais, trata da inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos

cidadãos brasileiros. Neste artigo, no inciso 32, garante o seguinte: “A Instrução primária, e gratuita a todos os cidadãos”⁵. Quanto a essa garantia da instrução primária a todos os cidadãos, percebe-se que essa garantia não se estendia de forma igualitária entre o público masculino e feminino, como destaca Silva (2010):

Se não havia clivagem de classe social nesse direito de acesso à instrução pública, existia, porém, a de gênero, já que o sexo feminino não era sequer mencionado na lei. Trata-se de uma política de partilha desigual de gênero que responde, inclusive, por essa prática de silenciamento. Prática essa que fundamentava e reafirmava a naturalização das diferenças entre os sexos. (Silva, 2010, p. 20)

Além disso, a instrução primária no século XIX era bastante precária, e quando se tratava da instrução destinada ao público feminino a situação era ainda mais crítica. Os estrangeiros que chegavam de países da Europa não viam com bons olhos esse tratamento que era dado à formação intelectual das mulheres, tendo em vista que a distinção entre escola para meninos e meninas em seus países já não era tão grande. Del Priore (2020) destaca que um mineralogista britânico, chamado John Mawe, percebeu que a instrução primária destinada às meninas estava distante de ser o que de fato uma escola deveria ensinar.

Segundo Mawe, elas ocupavam-se de trabalhos leves que nada tinham a ver com o que se aprendia na escola. Ao contrário, a instrução poderia colocar em risco o esquema de controle sobre esposas e filhas, cujo apetite intelectual deixava a desejar; elas não deveriam se dedicar à leitura nem precisavam escrever, porque poderiam fazer mal uso da arte. É muito provável que não tivessem um padrão de educação ideal, como já existia na Europa ou nos Estados Unidos, com múltiplas disciplinas e sem diferenças quanto à educação dada aos homens. (Del Priore, 2020, p.105)

Mesmo com esse olhar negativo, encontrado em relatos de viajantes, o século XIX também vislumbrou a presença de grandes mulheres que se destacaram na literatura e na própria luta da mulher na busca pelo conhecimento escolar. Dentre estas mulheres podemos citar a maranhense Maria Firmina dos Reis e a potiguar, Nísia Floresta.

Maria Firmina dos Reis nasceu no dia 11 de março de 1822, em São Luís do Maranhão, era filha de uma escravizada que recebera alforria. Foi uma grande escritora e musicista, além de lecionar na escola primária, cargo que desempenhou de 1847 a 1881. Maria

⁵ Constituição Brasileira de 1824. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes_Brasileiras_v1_1824.pdf p.87.

Firmina também escrevia para vários jornais, onde chegou a publicar alguns de seus poemas. Em 1859 publicou Úrsula, sua obra mais conhecida.

Mencionar Maria Firmina dos Reis, ao tratar de educação no Brasil no século XIX, é imprescindível, uma vez que ela recebe em 1880 o título de mestra régia, e, ainda em 1880, cria uma escola gratuita para crianças em Maçaricó, um povoado do município de Guimarães no estado do Maranhão. No entanto, essa escola, por ser mista, acabou gerando divergências entre os moradores do povoado, e por conta disso foi fechada.

Outra importante referência para a educação de meninas no Brasil do século XIX foi Nísia Floresta. Ela teve importante papel na luta contra o preconceito da sociedade brasileira para com as mulheres no Brasil Império.

No século XIX, Nísia Floresta inicia a escrita de o *Opúsculo humanitário*, este era apenas um dos vários escritos que a professora autodidata iria inquietar a sociedade brasileira. Foi uma grande revolucionária na luta para que as mulheres pudessem ter acesso à educação formal, denunciando a condição de submetimento no qual estas viviam, reivindicava a emancipação feminina e acreditava na educação como o principal instrumento para o alcance dessa meta. (Louro, 2022, p. 443)

Nísia Floresta Brasileira Augusta era o pseudônimo adotado pela nordestina Dionísia Gonçalves Pinto. Casou-se aos treze anos, no ano de 1823. Foi rejeitada pela família por ter largado o marido um ano após o casamento, mantinha-se e sustentava a mãe e o irmão com o que ganhava lecionando em um colégio. (Del Priore, 2020, p.105)

A proposta apresentada por Nísia Floresta era um ensino para meninas diferente do ensino que preponderava no oitocentos. Sabe-se que era comum as escolas de meninas incentivarem a aprendizagem das prendas domésticas, além de ensinarem a língua materna, as quatro operações matemáticas e em algumas o francês. No colégio de Nísia Floresta, o Colégio Augusto, no Rio de Janeiro, ensinava-se o francês, o inglês, o italiano, Geografia, História Pátria, Educação Física e Latim que era uma matéria tida como inadequada para meninas. (Campoi, 2011, p.94)

Deste modo, o colégio Augusto, proporcionava uma educação para meninas que se diferenciava do modelo comum do período. Pois, para a sociedade da época certos conhecimentos poderiam desvirtuar o modelo de mulher ideal para ser esposa e dona de casa.

A impossibilidade de avanço no conhecimento intelectual estava quase sempre atrelada à subversão que esse conhecimento poderia ocasionar nos bons costumes das mulheres. Portanto, estas deveriam preocupar-se em aprender apenas o suficiente para serem boas donas de casa. Assim, a leitura era tida como algo que poderia corromper a moral das mulheres.

No Nordeste, contra as senhoras que liam romancesinhos inocentes, o padre Lopes Gama bradava como se elas fossem pecadoras terríveis. Para ele, a boa mãe de família não devia preocupar-se senão com a administração da casa. “O que estraga os costumes, o que perverte a moral, é, por exemplo, a leitura de tanta novela corruptora, na qual se ensina a filha a iludir a vigilância de seus pais para gozar de seu amante, à esposa a bigodear o esposo etc. etc. [...] (Del Priore, 2020, p.109)

Esse público feminino leitor que a literatura aponta, trata-se das famílias mais abastadas, que tinham acesso a livros, jornais e folhetins em circulação nas províncias do Império. Isso porque, embora a Constituição de 1824 tenha determinado que o ensino primário gratuito seria para todos os cidadãos, quem tinha acesso, na sua maioria, eram as crianças de famílias de posses.

Além de ser considerado algo que poderia corromper a moral feminina, o conhecimento também se mostrava como algo contrário à feminilidade, uma vez que se instruir seria querer se equiparar ao masculino, portanto a instrução fugia a natureza feminina. Ademais, ter acesso e usufruir da leitura era estarem propícias aos perigos que a imaginação poderia levar por meio desta.

Ao longo do século XIX, reitera-se a afirmação de que a instrução é contrária tanto ao papel das mulheres quanto à sua natureza: feminilidade e saber se excluem. A leitura abre as portas perigosas do imaginário. Uma mulher culta não é uma mulher. O conservador Joseph de Maistre e o anarquista Proudhon concordam nesse ponto. “O grande defeito de uma mulher”, escreve o primeiro, “é o de ser um homem. E querer ser homem é querer ser culto”. (Perrot, 2019, p.93)

O que a sociedade da época preconizava, na realidade, era a necessidade de educar as meninas, e não necessariamente instruí-las. Ou a instrução oferecida era apenas para que fossem agradáveis e tivessem uma utilidade: em síntese, um saber social. Uma formação para ocuparem seus papéis enquanto mulheres, sendo boas donas de casa, mães e esposas. Assim, serem dotadas de bons hábitos desde a economia à higiene, tendo valores morais de pudor, sendo obedientes, renunciando aquilo que não estava dentro da tessitura da coroa das virtudes que eram aprazíveis à figura feminina. (Perrot, 2019, p.93)

Segundo Louro (2022), os legisladores determinaram que se estabelecessem “escolas de primeiras letras” em todas as cidades e vilas do império em 1827, mas é provável que essa realidade era bem distante dessa determinação. Nas poucas escolas que existiam começaram a surgir algumas distinções quanto ao que era ensinado aos meninos e as meninas. Assim, “ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, nisso consistiam os

primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas bordado e costura”. (Louro, 2022, p.444)

Nota-se uma diferenciação com a implementação de atividades manuais para as meninas e uma educação mais “intelectualizada” aos meninos com a inserção de noções de geometria. Esta particularidade implica uma outra questão, que é diferença salarial entre professores e professoras, pois embora a lei estabelecesse uma igualdade salarial, a diferença dos currículos implicava, no futuro, uma elevação do salário dos professores em decorrência da introdução da geometria.

3.2 Gênero e Educação Matemática

A maneira como o conceito de gênero passa a ser utilizado, a partir da perspectiva de Scott (1990) recebe uma significação que não se atém a uma visão biológica, ou seja, como sinônimo de sexo, mas é apresentado como uma construção social do que é o masculino ou feminino. Mais precisamente, do que são atividades próprias do fazer masculino e do feminino. Assim,

O gênero é, nesse sentido, produzido nas relações que se estabelecem entre mulheres e homens, relações quase sempre desiguais, o que implica considerar o “fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado em e por este mundo”. (Souza; Fonseca, 2010, p. 23)

Deste modo, ao adotar o gênero como categoria de análise na Educação Matemática, nos instiga a ver que o gênero, na perspectiva que se propõe nesta escrita, ele é produzido em práticas sociais, como destaca Souza e Fonseca:

Adotar o gênero como categoria de análise na Educação Matemática requer e aguça, ainda, nossa atenção para o fato de que o gênero é produzido em práticas sociais, que se convertem em práticas masculinizantes e feminilizantes. Assim, cabe reconhecer que, em nossas salas de aula e naquilo que as compõem (gestos, palavras, silêncios, ritos, olhares, materiais, modos de organizar, modos de se ensinar matemática, concepções de aprendizagem etc.) e em nossas pesquisas (mesmo quando se ocultam as relações de gênero) são produzidas identidades masculinas e femininas. (Souza; Fonseca, 2010, p. 29)

Assim, gênero sendo uma construção social, influenciará a percepção que as pessoas têm sobre si mesmas e sobre as outras pessoas, e também comportamentos e interações, e a

própria distribuição de recursos e poder na sociedade ao qual pertencem. (Heidari, et al., 2017, p. 666)

Entretanto, se pensarmos que as relações de gênero atravessam as práticas sociais, perceberemos, também, que tais práticas ocupam espaços onde as referidas relações se expressam. Desse modo, as práticas representam espaços de conflitos, de normalizações, de silenciamentos, de segregações, de fabricações. (Souza; Fonseca, 2010)

Assim, enquanto pesquisadora e pesquisadores, educadoras e educadores, devemos sempre desconfiar das universalidades, homogeneidade e essências, como ideias que se configuram como fixas do que é atividades que são próprias do masculino e o que é própria do feminino, mas de maneira mais direta estamos aqui a nos referir das potencialidades que se generalizam em torno do desempenho de homens e mulheres no campo da Matemática.

Analisando por esse ângulo, percebemos que há uma necessidade de desnaturalização de algumas concepções sobre determinados conceitos e fenômenos que permeiam as relações de gênero, uma vez que essa naturalização das concepções que temos pode levar a uma produção e legitimação de situações de desigualdade entre homens e mulheres. Assim,

Olhar para as mulheres no campo da Educação Matemática, sem nos voltarmos para as relações de poder entre mulheres e homens, sem realizarmos o movimento de compreensão sobre gênero como constituinte das identidades das mulheres e dos homens, produzidas e se produzindo em um movimento incessante nas relações sociais, portanto em nossas próprias práticas, sem problematizarmos a matemática tomada em nossa sociedade como “sinônimo de razão” e o modo como historicamente se produziu uma noção de que a Matemática é um campo de domínio dos homens: configura-se, mais uma vez, em um movimento de “essencialização” das mulheres (e dos homens) e de “universalização” de uma certa matemática. (Souza; Fonseca, 2010, p. 31)

Além de um número reduzido de mulheres, em termos quantitativos, ainda essa presença é marcada por empecilhos e impasses. Algumas pesquisas⁶ apontam as dificuldades que elas enfrentam, como o preconceito e a discriminação nessa área. (Silva Júnior. In. Esquinca, 2022,)

Embora tenha havido um aumento significativo na participação feminina nas ciências nas últimas décadas, esse número ainda é reduzido se comparado ao número de homens, e o que parece é que estas não são valorizadas, ou melhor, reconhecidas por seus fazeres científicos. Dentro das aulas pouco se ouve falar das mulheres que contribuíram com descobertas

⁶ Como a pesquisa que traz como título Gênero, Discurso e Docência em Matemática no Ensino Superior: Um olhar para o Norte de Minas Gerais. Realizada por ALMEIDA; ALMEIDA; AMORIM, 2022.

científicas. Essa invisibilidade pode favorecer o fortalecimento de estereótipos relacionados ao gênero. Sobre essa invisibilidade, Chassot (2004) pontua:

O número de mulheres que se dedicam às Ciências, em termos globais, é ainda menor que o de homens, mesmo que se possa dizer que nas décadas que nos são mais próximas tem havido uma muito significativa presença das mulheres nas mais diferentes áreas da Ciência, mesmo naquelas que antes pareciam domínio quase exclusivo dos homens. Parece que usualmente não se valorizam significativamente as contribuições femininas. Marie Curie continua sendo quase a única cientista citada nas aulas e difundem estatísticas desatualizadas, destinadas a mostrar que as meninas são congenitamente incapazes de aprender Matemática. Quando as meninas se destacam em Matemática é porque são esforçadas, mas quando esta é a situação de meninos é porque são inteligentes. Mesmo que se saiba ser essa premissa falsa, ainda hoje a situação é reforçada. (Chassot, 2004, p.22)

Chassot (2004) escreveu esse artigo há mais de duas décadas, mas a percepção que se tem é que são escritos relacionados aos problemas atuais. Estas percepções se dão pelo fato desses estereótipos ainda perdurarem, isso porque os preconceitos que vêm sendo cultivados ao longo da história não se desconstróem com tanta facilidade. Todavia, não podemos deixar de reforçar que já houveram mudanças significativas. Deste modo, acredita-se que a História da Educação Matemática, inserida nas formações de professores, pode contribuir para uma transformação social no que se refere a desconstrução de tais estereótipos e preconceitos cultivados ao longo da história. Daí, reforçamos a importância de trabalhos como este, que visa pesquisar como uma dada realidade, pensada em um dado momento da história, repercute nas significações das realidades atuais, ou seja, leva-nos a compreender o porquê da diferenciação no quantitativo de homens e mulheres nas ciências exatas.

Deste modo, dentro de uma perspectiva histórica, a busca por uma resposta não deve ser apenas como forma de deixar registros escritos sobre os achados de uma pesquisa, pois,

Os/as historiadores/as precisam, em vez disso, examinar as formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas. (Scott, 1995, p.88)

Pensar desta maneira leva-nos a refletir sobre a necessidade de uma escrita da história, relacionada com o tema em pauta, que auxilie na desconstrução de estereótipos que ao longo dos anos foram construídos acerca da participação feminina nos espaços das ciências exatas, que é um espaço que historicamente foi nos dado a entender que seriam única e exclusivamente masculinos.

Se nos afiliarmos como “históricos” e pudermos entender que essas concepções de uma Ciência masculina se deram, e ainda se dão, como resultado de uma História, humanamente construída, logo falível, estaremos sendo agentes desta construção e temos possibilidades de fazer modificações. (Chassot, 2004. p.23)

Por isso há uma necessidade de conhecermos a história de como se deu o ensino de matemática para meninas em São Luís no século XIX, como forma de desconstrução de alguns discursos e nos dando possibilidades de mudanças.

Aqui estamos a nos referir a participação feminina nos espaços que estão relacionados às ciências exatas, mas se formos parar para analisar, vamos perceber que não só nesses espaços há essa diferença, mas em vários outros que estão relacionados ao lado intelectual do ser, como por exemplo nas artes, na Filosofia, na Teologia e em várias outras áreas. Mas, podemos apontar aqui como a exemplo, a nível de Brasil, a Academia Brasileira de Ciências, no qual apenas 19% são mulheres e somente 105 anos depois de sua fundação uma mulher assume a sua presidência, o que já é um marco nessa luta. Esta primeira mulher é a biomédica e doutora em biologia molecular Helena Nader. Em um reportagem realizada pela *Folha de São Paulo* em 2023 ela fala sobre o orgulho que sentia principalmente em servir de modelo a ser seguido por meninas de todo o país, mas também pontuou sobre o peso que é para uma mulher um cargo desses, tendo em vista que precisa ter muito cuidado, por não se ter direito ao erro.

Na academia Brasileira de Letras não é diferente, no qual apenas seis mulheres fazem parte dos “40 imortais” que compõem esta academia. Criada em 1897 e só em 1977 uma mulher ocupa uma das cadeiras, ou seja, 80 anos depois de sua fundação, sendo ela Rachel de Queiroz.

Essas informações nos faz visualizar as mudanças que já ocorreram, mas também nos faz refletir sobre o longo caminho que precisa ser percorrido para que haja, de fato, uma igualdade/equidade de gênero nas ciências.

Por isso, voltamos a frisar a importância que uma pesquisa histórica como esta assume na sociedade, tendo em vista que, nos faz reconhecer que essa diferenciação entre o número de mulheres e homens nas ciências são reflexos de discursos que foram sendo construídos ao longo dos anos em relação às funções que deveriam serem exercidas pelas mulheres.

3.3 Os saberes matemáticos na educação de meninas

Um dos documentos que chegam até as nossas mãos nos dias de hoje, e que nos dá uma noção mais clara de como se pautou a educação para meninas no período imperial é a primeira

Lei Educacional Brasileira, sancionada em 15 de outubro de 1827, daí a escolha da data para as comemorações ao dia do professor.

A primeira Lei Educacional Brasileira, determinava que meninos e meninas estudassem separados nas “escolas de primeiras letras” e que os currículos fossem diferentes. Para tanto, vários eram os argumentos em torno dessa diferenciação.

Antes de receber a assinatura do imperador Dom Pedro I, essa proposta foi para discussão e votação na Câmara e no Senado. No Senado houve um debate para decidirem sobre qual seria o currículo mais adequado para as meninas.

Quando entramos na discussão sobre currículo, é sempre bom lembrarmos que “o currículo escolar é um artefacto social, concebido para realizar determinados objetivos humanos específicos”. (Goodson, 1997, p.17). Deste modo, a neutralidade é algo inaplicável na elaboração desse instrumento de condução da educação. Assim, pelas falas dos senadores podemos perceber qual era o modelo de mulher que se queria formar com as disciplinas ofertadas às meninas no período imperial brasileiro.

Neste contexto, o senador Visconde de Cayru (BA), ao referir-se às mulheres como o “belo sexo”, lança seu discurso como forma de justificar a sua opinião acerca do currículo que seria mais adequado para a educação das meninas, e diz o seguinte:

Embora se ensinem aos meninos quebrados e decimaes, porém, quanto ás meninas, acho sufficiente a nossa antiga regra: ler, escrever e contar. Sobre as contas, são bastantes as quatro especies, que não estão fóra do seu alcance, e lhes podem ser de constante uso na vida. O seu uso de razão é mui pouco desenvolvido nas escolas para poderem entender e praticar operações ulteriores e mais difficeis de Arithmetica e Geometria. Emquanto a mestra as mortifica com tão arido ensino, empregará melhor o tempo em lhes ensinar o que as ha de constituir boas mães de familia, e servir-lhes de muito na economia domestica. (Brasil, 1827, p. 277)

Percebe-se, por esse trecho extraído do discurso do senador Visconde de Cayru, que o mesmo optava por um currículo menos denso para meninas, acreditando serem elas dotadas de uma capacidade intelectual inferior aos meninos.

O senador Marquês de Caravelas (BA) se pronunciou com uma justificativa semelhante, a de que o raciocínio das meninas era mais limitado, e que a inserção de operações mais complexas de aritmética e geometria não seriam fáceis de serem compreendidas por elas. Assim, a elas bastaria que aprendessem as quatro operações. Em seu pronunciamento ele diz que:

Em geral as meninas não têm um desenvolvimento de raciocínio tão grande como os meninos; não prestam tanta atenção ao ensino como estes; finalmente, parece que a sua mesma natureza repugna a quanto é trabalho arido e difficil e que só abraça o deleitoso. Se, além da instrução litteraria que proponho, querem dar-lhes algumas prendas mais, ensinem-lhes a cantar e tocar.[...]. O objecto principal deste artigo é que as meninas se eduquem de maneira que venham a ser boas mães de familia e, por consequencia, basta-lhes o saberem ler, escrever e as quatro primeiras operações da Arithmetica. No que importa que ellas sejam bem instruidas é na economia da casa, para que não aconteça, quando tomarem estado, ver-se o marido obrigado a entrar nos arranjos domesticos, distrahindo-se dos seus negocios. (Brasil, 1827, p. 276, 278)

Outro senador que comungava das mesmas opiniões dos anteriores, era o Marquês de Maricá (RJ). Segundo ele, as meninas deveriam ocupar-se em aprender aquilo que seria útil para os serviços domésticos, uma vez que não via utilidade alguma no aprendizado de frações, decimais e outras operações no cotidiano delas. Assim concluiu:

Sou tambem de opinião que se devem reduzir estes estudos das meninas a ler, escrever, contar e Grammatica portugueza; porque não sei de que lhes possa servir o aprenderem a pratica de fracções, decimaes e outras operações que não são usuaes. Se querem que isto passe, então accrescentem tambem que as mestras ensinem a escripturação de partidas dobradas e singelas. A mulher é um ente mui diverso do homem, é educada para trabalhos mui differentes. O que ella deve saber é o governo domestico da casa e os serviços a elle inherentes, para que se façam boas mães de familia; ellas adquirirão o mais, se quizerem, como adquirem as prendas de dançar, tocar, cantar e outras. Assento que o artigo se deve limitar ao que deixo exposto, e deixemos aos homens essa tarefa das fracções, decimaes e Geometria pratica, inteiramente alheia das funcções para que são destinadas as meninas. (Brasil, 1827, p. 276)

No discurso do senador Marquês de Cayru (BA) também podemos observar que havia um certo receio em instruir as mulheres, por acreditarem que o conhecimento poderia corromper a sua moral. Percebe-se isso quando este diz que:

[...] A historia tem applaudido as Aspacias, Cleopatras, Izabeis e Catharinas, mas são as raridades da especie; todavia não foram famosas em Moral. Modernamente têm apparecido mulheres distinctas na Mathematica. Torno a dizer, são raridades da especie. Geometria pratica não será assás comprehendida, ou pouco servirá á menina. (Brasil, 1827, p.277)

Aponta exemplos de mulheres que se destacaram na história por serem instruídas, sendo estas, segundo ele, raridades da espécie, mas que não tinham fama em se tratando de moral.

O senador José Inácio Borges (PE) apontou em seu discurso um fato que pôs fim à discussão, chegando a uma decisão quanto à elaboração do currículo nas escolas para meninas. O que ele apontou foi a escassez de mestras para ensinar quebrados, decimais, proporções e geometria, e pela lei somente mulheres brasileiras poderiam exercer a profissão de professoras para meninas.

Desta forma, a primeira lei educacional brasileira determinava o seguinte currículo para os meninos:

Figura 1: Recorte da Lei de 1827

Art. 6.º Os Professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as noções mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral christã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionados á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Imperio e a Historia do Brazil.

Fonte: Collecção das leis do Imperio do Brazil.

Percebam a grande diferença, principalmente nos conteúdos matemáticos, dos currículos das escolas de primeiras letras de meninas e meninos, observando o que estava disposto no artigo 12, onde trata do currículo para as aulas de meninas, disposto na figura 2 a seguir:

Figura 2: Recorte da Lei de 1827

Art. 12. As Mestras, além do declarado no art. 6.º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrucção da arithmetica só ás suas quatro operações, ensinarão tambem as prendas que servem á economia domestica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na fórma do art. 7.º

Fonte: Collecção das leis do Imperio do Brazil.

Ao compararmos o que a Lei de 1827 aponta nos Artigos 6 e 12 (Figuras 1 e 2), podemos perceber a distinção que havia entre os currículos, onde às meninas era ofertado, dentro dos conteúdos matemáticos, apenas as quatro operações, enquanto que aos meninos, além das quatro operações, eram ensinados a prática de quebrados, decimais, proporções e as noções mais gerais de geometria.

Essa vantagem educacional masculina tornaria possível continuar fortalecendo uma sociedade patriarcal que excluía as mulheres da vida pública. Com pouca instrução, no que diz respeito aos saberes matemáticos e demais saberes científicos e ênfase nas prendas domésticas, as mulheres maranhenses tornavam-se limitadas no entendimento e, é claro, tinham seus direitos atropelados e ficavam à mercê de decisões alheias, sendo, assim, apenas preparadas para o exercício de cuidar do lar, dos filhos e do esposo. (Ribeiro; Silva; Guimarães, 2023, p.12)

Além disso, vemos que as conclusões a que os senadores chegaram são sexistas e as falas em alguns discursos nos chocam na atualidade, mas este era o pensamento que preponderava no período analisado. Há uma frase atribuída ao historiador francês Lucien Febvre que diz que “a história é filha do seu tempo”, ou seja, ela é interpretada à luz do que se vive no momento presente, de acordo com a percepção do momento atual. Por isso nos inquieta tanto as falas dos senadores, coisa que provavelmente inquietava apenas uma pequena parte da sociedade naquele momento da história. Todavia, haviam mulheres que já enxergavam como não agradável os direitos que lhes eram tirados, mulheres como se costuma dizer “além do seu tempo”, como é o caso das já mencionadas, Nísia Floresta e Maria Firmina dos Reis.

3.4 A História Cultural e a escrita da História

A escrita deste trabalho baseia-se na História Cultural, que é uma historiografia que nos leva a pensar a escrita da História para além dos fatos políticos e dos “grandes heróis”, integrando as ações de pessoas comuns. Assim, possibilitou o aumento das fontes de pesquisa, uma vez que não mais se limita a documentos oficiais. Desta forma, a História Cultural, abriu caminhos para o descortinar de um passado que até então era inacessível.

É esta História Cultural - aqui entendida no sentido de uma História da Cultura que não se limita a analisar apenas a produção cultural literária e artística oficialmente reconhecidas - que tem atraído o interesse dos historiadores dos mais diversos matizes teóricos desde o último século, inclusive no seio da historiografia marxista. (Barros, 2011, p.56)

Nesta perspectiva, a História Cultural, “abriu” o campo de visão do pesquisador para uma infinidade de objetos e fontes de pesquisa para a escrita da história, mostrando inúmeras formas para se conhecer uma coletividade, uma vez que os paradigmas que a precederam não davam tanta importância, ou não enxergavam como relevantes temas como as representações, a cultura popular, as práticas que os homens e mulheres exercem no meio social, dentre uma variedade de outros objetos que se relacionam a aspectos da “cultura”.

No paradigma positivista, temas como este, relacionado a mulheres, dentre outros, que convencionou a chamar-se de “história vista de baixo”, jamais teriam notoriedade dentro de uma escrita histórica. Como destaca Perrot(2024):

Da História, muitas vezes a mulher é excluída. Primeiramente o é ao nível do relato, o qual, passadas as efusões românticas, constitui-se como a representação do acontecimento político. O positivismo opera um verdadeiro recalçamento do tema feminino e, de modo mais geral do cotidiano. (Perrot, 2024, p.197)

De forma contrária ao positivismo, a história cultural aborda diversos temas do cotidiano. Deste modo, ela abre diversas possibilidades de escritas sobre os mais variados sujeitos. Por isso, essa pesquisa apóia-se nesta corrente historiográfica.

Como o presente texto trata-se de uma representação do passado das aulas de matemática para meninas no Maranhão do século XIX, podemos trazer como conceito de representação, que se adequa a perspectiva dessa narrativa, as considerações de Chartier (1990), quando este diz que: “por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa, e aquilo que é representado.” (Chartier, 1990, p. 20)

Assim, compreender que a representação não é uma verdade absoluta sobre o que ocorreu, não anula a sua importância, pois ela é uma forma de explicação do real. Nesta lógica, o conceito de representação social que Pesavento (2008) apresenta também condiz com a perspectiva aqui apresentada, onde diz que:

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem sua existência. São matrizes geradoras de conduta e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. (Pesavento, 2008, p.39)

Neste sentido, as representações ajudam o ser social a perceber a sua realidade, porém não é o passado tal qual aconteceu, “não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele.” (PESAVENTO, 2008, p.41)

As representações nos ajudam a compreender uma dada realidade que não mais está posta aos nossos olhos do agora, mas que chegam até nós por meio dos vestígios deixados pelos que nos precederam.

Trata-se, digamos, de uma redescoberta dos historiadores na sua maneira de enxergar o mundo e, sobretudo, o passado, proporcionando uma renovação nos domínios de Clio, no que diz respeito a novas questões e problemas, tal como novos temas e objetos. As representações são a presentificação de uma ausência, onde representante e representado guardam entre si relações de aproximação e distanciamento. (Pesavento, 2006, p.2)

O conceito de representação é imprescindível quando estamos a falar de História Cultural, pois é a forma como o historiador da cultura busca interpretar os acontecimentos passados através das fontes que se dispõem.

O campo historiográfico da História Cultural consolidou-se a partir da segunda metade do século XX, dialogando com outras correntes, como a História Social e a História das Mentalidades. A sua escrita evidencia o deslocamento do foco da narrativa histórica, que é a centralidade de correntes que surgiram anteriormente, ou seja, não direciona o olhar somente para os grandes eventos políticos, militares ou econômicos, mas interessa-se pelas práticas cotidianas, as representações, os símbolos e significados que as sociedades compartilham.

Deste modo, o historiador cultural busca a compreensão de sentidos, analisando como diferentes grupos, em um recorte temporal e espacial, entendiam o mundo, como as identidades se construía e como formas de poder se reproduziam.

3.5 O uso de jornais como fonte de pesquisa

Quando estamos a analisar acontecimentos de um determinado período em uma perspectiva histórica, podemos nos deparar com uma infinidade de vestígios deixados pelo homem que podem nos levar a interpretar e compreender uma dada realidade vivenciada por estes sujeitos em uma determinada época. A estes vestígios podemos denominá-los de fontes históricas, ou seja,

“Fonte Histórica” é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de

seus desdobramentos no presente. As fontes históricas são as marcas da história. (Barros, 2019, p.15)

Deste modo, entendemos que os jornais são vestígios que nos permite, de alguma forma, compreender acontecimentos do passado, e perceber os desdobramentos desse passado no tempo presente.

O número de trabalhos que se utilizavam dos jornais, como fontes de pesquisa histórica na década de 1970, era relativamente pequeno no Brasil. Mas, essa situação não era propriamente apenas no Brasil. Vale lembrar que em paradigmas anteriores a esse período, que se mantiveram como dominantes até as primeiras décadas do século XX, havia uma busca pela verdade dos fatos, que acreditava ser possível alcançá-la por meio de documentos oficiais, em que a neutralidade e a objetividade dessem credibilidade aos escritos. (Luca, 2011, p.111)

Como mencionado no tópico anterior, com o advento da História Cultural, por volta das últimas décadas do século XX, a escrita da história se vale de novas fontes de pesquisas, dentre estas os jornais.

Com essa nova escrita da história houve um alargamento do campo de interesse do historiador. O processo de transição de um paradigma que privilegiava a análise da macroeconomia levou a perceber que era relevante uma história que focasse nos sistemas culturais. Neste sentido, houve uma fragmentação da disciplina e começa a se desfazer o projeto de busca por uma história total. Como bem mencionou o historiador Michel de Certeau:

O historiador não é mais o homem capaz de constituir um império. Não visa mais o paraíso de uma história global. Circula em torno das racionalizações adquiridas. Trabalha nas margens. Deste ponto de vista se transforma num vagabundo. Numa sociedade devotada à generalização, dotada de poderosos meios centralizadores, ele se dirige para as Marcas das grandes regiões exploradas. "Faz um desvio" para a feitiçaria, a loucura, a festa, a literatura popular, o mundo esquecido dos camponeses, a Ocitânia, etc., todas elas zonas silenciosas. (Certeau, 1982, p.87)

Essas mudanças dentro da escrita da história fizeram também uma reformulação até mesmo na concepção que se tinha do documento. Com essa reformulação os jornais se inserem como uma importante fonte documental para se procurar entender determinados acontecimentos da história de uma sociedade. Portanto, foi imprescindível para a escrita deste trabalho.

Mas, ao dar início a uma pesquisa documental, é necessário conhecer, o máximo que puder, sobre aquela fonte escrita que chega até suas mãos, pois na pesquisa histórica a contextualização do documento que se analisa é fundamental. (Bacellar, 2011, p.63)

Além disso, o pesquisador deve atentar-se para o fato que toda escrita tem uma intencionalidade e que nenhum documento é isento de opiniões de quem o redige, isto é, não existe neutralidade. Assim, devemos entender que um jornal não é um mero escrito para passar informações e que não há intenções por trás daquele texto, como destaca Barros (2023):

Compreender o jornal não como um veículo passivo e neutro de informação, mas também como um sistema capaz de produzir e difundir discursos e instaurar um processo de comunicação que nada tem de neutro, é fundamental para termos a devida consciência da função dos jornais como agentes e instrumentos capazes de interferir na história. (Barros, 2023, p.12)

Faz-se necessário ainda, leituras prévias sobre o período analisado, para que se entenda o contexto no qual foi produzido. Entendemos que,

um dos pontos cruciais do uso de fontes reside na necessidade imperiosa de se entender o texto no contexto de sua época, e isso diz respeito, também, ao significado das palavras e das expressões. Sabemos que os significados mudam com o tempo, mas não temos, de início, obrigação de conhecer tais mudanças. (Bacellar, 2011, p.63)

Entender as palavras no contexto da época é fundamental para a interpretação do texto. Também não devem passar despercebidas, as palavras que muitas vezes não conhecemos por serem pouco usuais na linguagem oral e escrita atual, os arcaísmos.

Há uma ressalva importante a ser feita referente ao uso dos jornais na pesquisa histórica. Esta ressalva refere-se a maneira como associamos estes dois saberes profissionais, pois ao fazermos o uso dos jornais como fonte histórica, devemos ter claro que um fato histórico não pode ser lido como sinônimo de notícias de jornais, até porque jornalistas e historiadores objetivam coisas distintas. O jornalista faz o registro dos acontecimentos e o historiador faz referência ao significado histórico que eles adquirem. Assim, quando o historiador usa os jornais como fonte histórica ele não vai direcionar-se somente aquele fato que o jornalista destacou como principal manchete, pois muitas vezes o historiador está atrás de acontecimentos noticiados que nem foi dada tanta importância nos artigos dos jornais, como destaca Pinsky (2013):

O fato de algum acontecimento ter recebido manchetes dos órgãos de imprensa e outro ser noticiado apenas em letras miúdas no corpo do jornal não implica relevância histórica do primeiro ou falta de importância do outro. A dimensão histórica é a dimensão humana que o acontecimento vier adquirir. (Pinsky, 2013, p.12)

A compreensão desta distinção assume uma importância singular na escrita deste trabalho e nas buscas de dados que foram realizadas nos jornais, pois na maioria das vezes o que encontramos sobre o ensino de matemática para meninas em São Luís no século XIX vinham em anúncios com pouco destaque, mas a relevância histórica não é menor em relação as manchetes que estes mesmos jornais traziam. Este é o trabalho de quem se dedica a escrita da história, dar sentido há um determinado fato por meio das buscas de pistas desse passado através das fontes e análise dos dados encontrados nas mesmas.

3.6 Os almanaques como fonte de pesquisa

Como o presente trabalho utilizou os almanaques em circulação em São Luís do Maranhão na segunda metade do século XIX, é pertinente que sejam aqui elencadas algumas características dessa fonte de pesquisa escrita.

Assim como os jornais, os almanaques assumem um significativo espaço quando estamos a tratar da produção historiográfica, especialmente na História da Educação, pois, valendo-nos do conceito de “fonte histórica” apresentado por Barros (2019), mencionado no tópico anterior, podemos dizer que os almanaques são importantes artefatos para se conhecer aspectos diversos de uma sociedade, uma vez que trazem em suas páginas assuntos variados.

Os almanaques nas suas diferentes formas de escrita e etimologia da palavra apresentam algumas interpretações no decorrer da história, mas de forma geral, todas estas estão relacionadas a cronologia do tempo, as fases da lua. Eça de Queiroz e Machado de Assis, no final do século XIX, trazem em seus contos sobre como surgiram esses artefatos, mostrando essa relação deles, com a lua e o tempo. (Carvalho; Grazziotin, 2018, p.182)

Na historiografia há uma atribuição da origem dos almanaques ao Oriente, onde a sua produção era manuscrita e servia para orientar as antigas comunidades em seus trabalhos, principalmente aqueles relacionados à agricultura. Na Europa, no findar da Idade Média, foram inicialmente utilizados como um calendário que trazia as mais importantes atividades religiosas. Além disso, traziam ainda dados astronômicos e outras curiosidades. (Carvalho; Grazziotin, 2018, p.182)

No Brasil, o primeiro almanaque a circular, com edição no território brasileiro, foi o Almanach Histórico do Rio de Janeiro, editado por Duarte Neves, no século XVII.

Segundo Moraes (2009), no Maranhão o almanaque, no formato no qual temos acesso, só entra em circulação em 1848, tendo como editor o médico Antônio Rego. Anterior a essa data pode ter circulado outros exemplares, mas vindos de fora.

Por se tratar de um material escrito, que além de apresentar uma forma de leitura prazerosa, traz muitas informações, sobre os mais variados assuntos, dentre eles a educação, esta fonte foi de grande importância para a escrita desse texto. A respeito da sua utilidade e agradável leitura, Bollême (1969) traz uma definição para o almanaque que diz:

Para definir o Almanaque, salientamos o seguinte: ele não é um manual, ele não é assimilável de forma muito diferente do que é um romance, ele diverte sem se prender à pura fabulação, ele ensina sem ser dogmático, ele não é, de modo algum, artigo de fé, ele obedece a uma grande lei que é sem dúvida aquela de toda leitura popular, é prazeroso e é útil. (Bollême, 1969 apud Park, 1998)

Por ser um material de fácil compreensão, acredita-se que tenha sido muito utilizado pelo público leitor do período que estamos analisando. Pela leitura agradável e pela utilidade também.

Le Goff (1990) menciona sobre a diversidade de tipos de almanaque, bem como a sua função utilitária, apontando ainda a sua difusão pelo mundo e a facilidade de leitura. Assim descreve:

Ilustrado com signos, figuras, imagens, o almanaque dirige-se aos analfabetos e a quem lê pouco. Reúne e oferece um saber para todos: astronômico, com os eclipses e as fases da Lua; religioso e social, com as festas e especialmente as festas dos santos que dão lugar aos aniversários no seio das famílias; científico e técnico, com conselhos sobre os trabalhos agrícolas, a medicina, a higiene; histórico, com as cronologias, os grandes personagens, os acontecimentos históricos ou anedóticos; utilitário, com a indicação das feiras, das chegadas e partidas dos correios; literário, com anedotas, fábulas, contos; e, finalmente, astrológico. (Le Goff, 1990, p. 527)

O autor aponta o saber astrológico difundido pelos calendários e almanaques, mas apresenta sobretudo os assuntos variados presentes nestes escritos. Tomando como base essa multiplicidade de conteúdos presente nos almanaques, optou-se por pesquisar sobre o ensino de matemática para meninas em São Luís do Maranhão no século XIX nesta fonte documental escrita, que assim como os jornais ganharam notoriedade com a corrente historiográfica da

História Cultural, que não privilegia somente os documentos oficiais, mas também os registros feitos e utilizados por pessoas comuns em determinado tempo e espaço.

4 A MATEMÁTICA ESCOLAR PARA MENINAS EM SÃO LUÍS-MA NO PERÍODO OITOCENTISTA

Com base na interpretação das fontes pesquisadas, este capítulo tem como objetivo escrever uma história sobre o ensino de matemática para meninas durante o período oitocentista em São Luís do Maranhão.

Deste modo, aqui apresentamos o que fora analisado perante as fontes consultadas, a saber: imprensa, tendo como base os jornais *O conciliador do Maranhão* (1821-1823), *Farol Maranhense* (1828, 1832, 1832), *Publicador Oficial* (1831), *O investigador Maranhense* (1836), *Correio D'Annuncios* (1851), *Diário do Maranhão* (1881-1882), *Jornal do Comércio* (1858), *Jornal A fé* (1865). Outra fonte utilizada foi o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* (do editor B. de Mattos, e *Almanak do Diário do Maranhão* (1880).

4.1 Uma história da educação escolar para meninas no Maranhão

Com a criação da Lei Geral das Escolas de Primeiras Letras, em 15 de outubro de 1827, houve a ampliação do ensino, passando a ofertar aulas também as meninas na instrução pública, mas embora tenha havido a formalização com a lei de 1827, e recorrentemente a historiografia aponta como o marco da entrada do público feminino na escolarização estatal, há indicativos que apontam que haviam aulas públicas de primeiras letras para meninas no Maranhão anterior a esta data. (Cruz, 2023)

No período oitocentista a escolarização feminina em escolas públicas apresenta-se como resultado da iniciativa da Junta Provisória de Governo⁷, que em 1822, dentre as várias medidas tomadas, decide abrir um concurso para nomear uma mestra de primeiras letras em São Luís-MA. (Cruz, 2023). Com isso, podemos dizer que há indícios de que a instrução pública feminina no Maranhão teve início antes mesmo da institucionalização da lei de 1827.

O edital desse concurso foi publicado no jornal *O conciliador do Maranhão*, primeiro jornal impresso do estado, e fala sobre as escolas que seriam criadas, onde menciona o seguinte:

Procederá depois o mesmo Secretario a mandar fazer na Secretaria a norma dos respectivos Editais, para se publicarem nesta Cidade, e em todas as Villas, Julgados, e Lugares notaveis da Provincia, nos quaes se annunciem aos

⁷ As juntas Provisórias foram criadas em 1821, e eram órgãos responsáveis pela administração das províncias, em substituição aos capitães e governadores que administravam as capitanias.

Habitantes que estando providas com ilegalidade manifesta, e sem methodo as antigas Cadeiras de Latim, Rethorica, Ler, escrever, e contar, desta Cidade mais duas Eschollas de ler, escrever e contar, para meninos, e huma para meninas, e em todas as Villas, Julgados do Mearim, e Freguesia de N. Senhora do Rozario do Itapecuru tambem huma Escholla de ler, escrever e contar, na qual poderão concorrer simultaneamente as Meninas, querendo seus pais, enquanto sua idade o permitir [...]. (O conciliador do Maranhão, 1822, nº106, p. 1-2)⁸

Neste edital de julho de 1822, vemos que foram criadas mais duas escolas de ler, escrever e contar para meninos e uma para meninas em São Luís. Outro fato que chama a atenção, é a possibilidade de haver escolas mistas nas vilas e nos julgados do Mearim e na freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Itapecuru, pois no trecho acima, retirado do jornal *O Conciliador do Maranhão* fala que as meninas poderiam concorrer a uma vaga nessas escolas caso seus pais concordassem.

O que se deve levar em consideração ainda, quando se trata da educação, tanto para meninas quanto para meninos, no período estudado, é que as aulas de Primeiras Letras para as crianças maranhenses não se restringiam somente a rede pública, mas também em outras instâncias como o espaço doméstico, e isso era uma característica não somente da província do Maranhão, mas das demais províncias do país. Há indícios de que esse formato de aulas chegava a ser superior ao ensino público, como destaca Faria Filho e Vidal (2000):

No entanto, não podemos considerar que apenas aqueles, ou aquelas, que freqüentavam uma escola tinham acesso às primeiras letras. Pelo contrário, tem-se indícios de que a rede de escolarização doméstica, ou seja, do ensino e da aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, mas sobretudo daquela primeira, atendia um número de pessoas bem superior à rede pública estatal. Essas escolas, às vezes chamadas de particulares, outras vezes de domésticas, ao que tudo indica, superavam em número, até bem avançado o século XIX, àquelas escolas cujos professores mantinham um vínculo direto com o Estado. (Faria Filho; Vidal, 2000, p.21)

No decurso do século XIX no Maranhão, segundo Soares (2018) existiam também além da instrução doméstica, as escolas que ofertavam aulas particulares, e ainda, aqueles que tinham boas condições financeiras mandavam os filhos para estudarem fora do país. Pela historiografia desse período, que chegamos até nós, vemos que essa atenção à educação escolar privilegiava a educação masculina.

⁸ A forma de escrita do texto é de acordo com a escrita do jornal do qual foi retirado.

Somente na segunda metade do século, começa-se uma maior inserção do público feminino no acesso à educação escolar. Esse cenário começa a mudar, mais precisamente, no contexto do final do século XIX em que várias transformações estavam ocorrendo em São Luís-MA e em outras cidades do estado, transformações essas voltadas para atender o discurso republicano de progresso, do “moderno”.

Nesta capital, os “ares de moderno” chegaram lentamente, mas surtiram efeito no momento em que faziam da cidade um cenário de circulação de homens e mulheres das diversas camadas sociais. Quanto ao projeto educacional passava por diversas reformas, os quais, no discurso, buscava atender às camadas populares. Contudo o que percebemos é que apenas a educação primária chegou, ao “povo”, e ainda assim, minimamente, visto que as outras etapas da educação foram direcionadas à camada alta da população, pois o ensino secundário e superior era viável somente para tal camada, que tinha, além disso, a garantia de estudar no Liceu (público masculino) e escolas secundárias particulares (público feminino). (Silva, 2011, p.141)

Com essas mudanças era importante para a sociedade da época que as características femininas como a docilidade e o recato se mantivessem. Assim, além da formação para serem esposas, para a maternidade e a beleza, também era importante a educação escolar.

Deste modo, visando atender as necessidades impostas pelos ideais de modernidade, torna-se de grande valia a educação feminina. Porém, essa educação almejava não a emancipação das mulheres, mas prepará-las para exercerem de forma satisfatória as competências que lhes eram atribuídas, a saber: esposa, dona de casa, mãe.

Em uma das escolas, que dispunham de aulas para meninas no século XIX em São Luís, já se começa a perceber, mesmo que de forma tímida, uma visão de disseminação de uma educação mais intelectualizada para meninas. Trata-se do Asilo Santa Teresa. A educação oferecida pelo Asilo Santa Teresa tinha como principal objetivo preparar as mulheres pobres para o casamento legítimo e livrá-las de uma condição moralmente indesejada. No entanto, o estabelecimento dava, em parte, acesso a uma educação intelectualizada. Daí nos fazer cogitar que o modelo de educação oferecido pelo Estado por meio dessa Instituição representava, mesmo que timidamente, um acompanhamento das tendências que começavam a firmar-se em âmbito nacional com relação à educação das mulheres.

Mesmo esse episódio sendo considerado, até certo ponto, uma ruptura com o ideal de mulher já consolidado, sabemos que muitas eram as permanências daquele momento da história e que ainda refletem na sociedade atual, uma vez que, o Asilo também estava preocupado com a capacitação da mulher para as prendas domésticas e na formação moral que eram adequadas ao público feminino.

Como mencionado em outros momentos do texto, uma das fontes de pesquisa para a escrita desta narrativa são os jornais, pois eles também traziam e reforçaram o papel que a mulher deveria exercer no meio social, embora, em sua maioria, fossem dirigidos e redigidos por homens. Optamos por essa fonte de pesquisa por se tratar de um veículo de comunicação que acompanhou praticamente a história do Brasil no decurso do século XIX, chegando no país logo no início do século (em 1808).

Estes veículos de comunicação também traziam como pautas a educação feminina. Mas, as questões relacionadas à educação feminina veiculadas pelos jornais reforçavam a figura feminina como a que devia cuidar das coisas do lar e dos filhos.

Os jornais que se dedicavam ao público feminino, que tiveram maior disseminação a partir de 1870, tendo como proprietários tanto mulheres quanto homens, enfatizavam mais os costumes, onde faziam críticas e aconselhavam sobre o casamento e sobre como as moças deviam ser educadas. Assim, os discursos estavam voltados para uma educação que proporcionasse a felicidade conjugal (Abrantes, 2010).

O que era veiculado pela imprensa maranhense era uma educação feminina que conferisse às mulheres todos os “atributos” que a sua posição social requeria, sem deixar de ensinar os trabalhos domésticos. Com isso, o que se propagava era a preocupação com a economia doméstica e com a singeleza das mulheres. Esse discurso era especialmente direcionado para as jovens de classe média, para que tivessem uma educação que as preparasse para serem boas esposas, auxiliando seus maridos por meio do controle das despesas do lar.

Alguns conselhos sobre a educação das moças foram publicados no jornal “A Pacotilha”, de 1881, no qual enfatiza que duas escritoras norte-americanas, que discutem sobre a educação da mulher, traziam conselhos importantes para estas. Os conselhos eram os seguintes: a mulher tem que cozinhar e fazer bom pão, fazer camisas, não usar cabelos postiços, não se pintar nem fazer uso dos pós de arroz, tem que aprender a lavar e engomar, costurar os próprios vestidos, calcular que uma libra são dez mil réis, a pontear meias e a pregar botões. Além disso, as moças deviam compreender que quanto mais se subordinam as despesas aos meios que se dispõe, tanto mais se poupa, que quanto mais uma pessoa se afasta da economia, tanto mais se aproxima da pobreza.⁹

Alguns locais serão mostrados, por meio de imagens, ao longo do texto, pois entendemos que situar o leitor através dos espaços de memória, também é uma forma de fazê-lo compreender os processos históricos que nos levaram a uma dada realidade do tempo

⁹ Cf. Jornal Pacotilha, ed. 00211, 9 de dezembro de 1881.

presente. Então, à medida que a pesquisa foi sendo desenvolvida, fomos descobrindo que determinados casarões que resistem ao tempo no centro histórico de São Luís foram sedes, tanto de jornais quanto de escolas para meninas, mencionados no texto. Deste modo, a imagem a seguir traz o casarão conhecido como *Solar dos Belfort*, que é um casarão imponente construído em 1756, revestido com azulejos portugueses e frisos marcados em modelo lisboeta do século XIX. Este casarão localizado em espaço privilegiado na rua do Egito, próximo ao Largo do Carmo, foi sede do jornal acima mencionado, o jornal *A Pacotilha* no século XIX, que traz conselhos sobre como deveria ser a educação das moças.

Figura 3: Casarão Solar dos Belfort (Sede do jornal *A Pacotilha* no século XIX)



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Estes conselhos eram comuns serem publicados na imprensa maranhense, bem como nos jornais que circulavam em todo o país durante o século XIX.

Se por um lado a imprensa reforçava a maneira como a mulher deveria portar-se no meio social, dentro de uma perspectiva patriarcal, no século XIX, por outro ela serviu de voz para as mulheres levantarem suas bandeiras de lutas na segunda metade do século, principalmente na busca por direitos à educação. Nesse sentido, voltamos ao posicionamento de Barros (2023) acerca da não neutralidade dos jornais, no qual diz que:

Considerar o jornal como um tipo de ‘fonte realista’, é claro, implica aqui compreender que o discurso realista encaminhado pelos jornais nada tem de neutro. De alto a baixo, os jornais são atravessados por posicionamentos em relação à realidade social, os quais se conectam visceralmente a certos interesses políticos, sociais e econômicos. (Barros, 2023, p.44-45)

Assim, os jornais que começaram a ser publicados por algumas mulheres na segunda metade do século XIX tinham uma intencionalidade e alguns deles buscavam garantir o direito das mulheres à educação.

Uma das razões para a criação dos periódicos de mulheres no século XIX partiu da necessidade de conquistarem direitos. Em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto. Quando falamos dos periódicos do século XIX, há que se destacar, pois, essas grandes linhas de luta. O direito à educação era, primordialmente, para o casamento, para melhor educar os filhos, mas deveria incluir também o direito de freqüentar escolas, daí decorrendo o direito à profissão. E mais para o final do século, inicia-se a luta pelo voto. (Muzart, 2003, p.4)

Como exemplo de jornal editado e publicado por mulheres podemos citar *O Jornal das Senhoras*, publicado no Rio de Janeiro por Juana Paula Manso em 1852. Esse periódico versava sobre vários temas, como moda, teatro, crítica, literatura e belas-artes. Foi o primeiro a ser redigido unicamente por mulheres no Brasil. A criação deste jornal vem quebrar uma barreira com a imprensa tradicional, que oferecia ao público feminino apenas temas como cosméticos, moda e bordados, e produzir um veículo de reivindicações das mulheres e, principalmente, um meio para alavancar a educação. (Muzart, 2003)

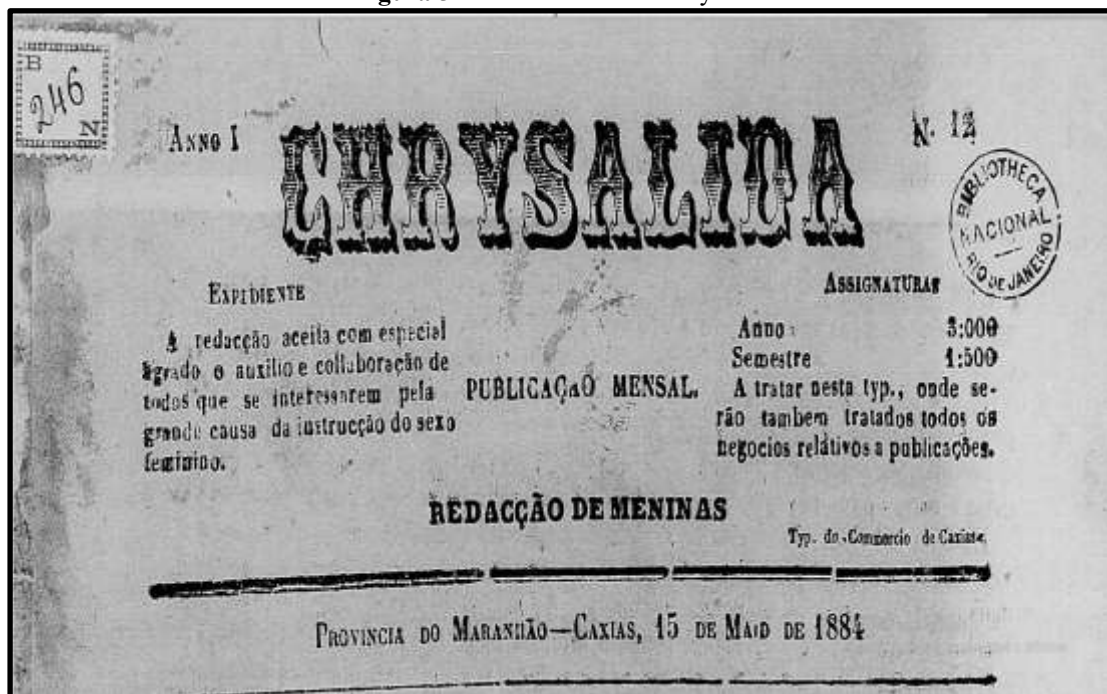
Figura 4: “ O jornal das Senhoras



Fonte: O Jornal das senhoras, 1 de janeiro de 1852, p. 1

No Maranhão, no decurso do século XIX, apenas a cidade de Caxias, que era a segunda mais desenvolvida da província, havia um jornal dirigido por mulheres, mas que durou um curto período, que foi o jornal *Chrysalida* (1884-1886). O jornal *Chrysalida* trazia a educação como um dos pilares de luta pelos direitos das mulheres. (Abrantes, 2010).

Figura 5: Recorte do Jornal Chrysalida



Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Como vemos na figura 3 o jornal *Chrysalida* era, de fato, um jornal redigido por mulheres, tinha esse interesse em lutar pelos direitos destas e via na educação um dos meios de conduzir essa luta. Percebemos isto pelo que está escrito do lado esquerdo da figura onde lê-se “Expediente”, logo abaixo encontramos o seguinte escrito: “A redacção aceita com especial agrado o auxilio e collaboração de todos que se interessam pela grande causa da instrução do sexo feminino.”

Como o *Chrysalida* foi um periódico que não durou muito tempo, foram poucas as edições que encontramos na hemeroteca da Biblioteca Digital Brasileira.

Dentro da imprensa maranhense, o que era considerado para muitos como uma educação esmerada para a mulher, era aquela que desse todos os atributos que a sua posição social exigisse, mas sem deixar de ensinar as prendas domésticas.

4.2 Identificação de escolas para meninas em São Luís-MA no século XIX

Encontramos a capital maranhense, no início do século XIX, com uma população feminina enormemente analfabeta. A pouca oportunidade que as mulheres tiveram para estudar em São Luís, era rara. As famílias que tinham mais condições e que concordavam com a educação feminina, enviavam as meninas para fora do Brasil, principalmente para França e Portugal. Outras estudavam em escolas particulares em São Luís ou em suas próprias residências com a ajuda de professores particulares ou com seus próprios familiares (Soares, 2018).

A maioria das escolas que identificamos estavam intimamente relacionadas à educação oferecida em seminários, asilos e recolhimento dirigidos pelas igrejas católicas do Maranhão. Essas instituições seguiam o modelo de reclusão feminina que era oferecido em todo o Brasil, ou seja, era tido como “um espaço de produção e reprodução dos valores sociais vigentes, como destaque para a honra familiar e da moral feminina” (Rodrigues, 2012, p. 20).

Conseguimos identificar as seguintes instituições escolares para as mulheres que existiram no Maranhão do século XIX:

- Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios (1753)
- Colégio Nossa Senhora da Glória (1844)
- Asilo de Santa Teresa (1855)
- Colégio Nossa Senhora de Anunciação e Remédios (1865)
- Colégio Nossa Senhora da Soledad (s/d)
- Colégio Sant’Ana (s/d)
- Colégio Nossa Senhora de Nazaré (s/d)
- Colégio Nossa Senhora das Mercês (s/d)
- Colégio Santa Isabel, Sagrada Família (s/d)
- Colégio São Sebastião (s/d)
- Colégio Nossa Senhora de Lourdes (s/d)
- Colégio Nossa Senhora do Rosário (s/d)
- Colégio Santa Luzia (s/d)
- Colégio Nossa Senhora da Conceição (s/d)

Estas escolas identificadas eram, em sua maioria, escolas particulares, mas havia também a instrução pública, além do Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios e do Asilo de Santa Teresa.

O Almanak do *Diário do Maranhão* publicado no ano de 1880, mostra a localização dessas escolas e suas respectivas diretoras naquele ano, como está disposto no quadro abaixo:

Quadro 4: Escolas, diretoras e endereço das escolas para meninas em São Luís-MA no século XIX

Escola	Diretora	Endereço
Colégio São Sebastião	D. Guilhermina Moreira	Rua do Sol
Colégio Sant'Ana	D. Raimunda da Silva Miranda	Rua Grande
Colégio N. S. da Glória	D. Raimunda e Martinha Abranches	Largo dos Remédios
Colégio N. S. de Lourdes	D. Antonia Franco de Sá	Rua de Santana
Colégio N. S. do Rosário	D. Luna Messias Correia	Largo da Sé
Colégio N. S. de Nazareth	D. Rosa Parga Nina	Rua do Egito
Colégio N. S. da Soledade	D. Maria e Guilhermina Carmine	Rua de Santo Antonio
Colégio de Santa Luzia	D. Carolina Augusta Mariane	Rua da Cruz
Colégio de Nossa Senhora da Conceição	D. Januária Constança de Sousa Guimarães	Rua dos Remédios

Este quadro demonstrativo além de agregar a este trabalho, ele pode facilitar pesquisas futuras sobre estas escolas. E trazer a localização desses espaços também agrega a educação patrimonial, uma vez que ao percorrer esses espaços o leitor não mais o enxergará com os mesmos olhos de quando não conhecia a sua história, o que favorece a luta pela preservação do patrimônio material do centro histórico da capital maranhense.

Desse modo, entendemos que esses espaços são parte integrante da narrativa histórica acerca do ensino de matemática para meninas no Maranhão oitocentista, pois era o cenário no qual as aulas ocorriam. Assim, mencioná-los e trazer as ruas no qual estavam localizados nos ajuda na compreensão histórica da temática.

4.3 Os saberes matemáticos nas escolas públicas para meninas em São Luís-MA

Com a primeira nomeação, que se conhece, de professora de Primeiras Letras para meninas no Maranhão, através da inauguração de escolas pela Junta Governativa ocorrida no ano de 1822, foi nomeada no ano de 1823 Justiniana Joaquina Amada que ficou sendo a única mestra até 1830, quando houve o provimento de uma outra mestra para a capital, Henriqueta Cândida Ferreira. (Cruz, 2023)

No ano de 1830, D. Justiniana Amada, mandou publicar um anúncio no jornal *Farol Maranhense*, no qual anuncia que continuaria exercendo a função de mestra na forma da Lei de 15 de outubro de 1827, pois havia sido aprovada nesta mesma cadeira e daria continuidade ao seu trabalho, a nota publicada diz o seguinte:

D. Justiniana Joaquina Amada, professora da Cadeira de Primeiras Letras da freguesia de N. S. da Conceição desta Cidade, faz público, que se acha mudada para as cazas N° 80 na rua do Sol, que fora do falecido Cardozo, ensinando na forma da Ley de 15 de Outubro de 1827, por ter sido provida nesta mesma Cadeira, que já exercia, a vista do exame que publicamente fez perante o Conselho Prezidial, avisa portanto aos Pays de familias que pertenderem educar suas filhas em primeiras letras, Gramática da Língua Nacional, as quatro especies principaes d'Arithmetica, e economia domestica, dirijam-se a mesma Caza.¹⁰ (Farol maranhense(Aviso), 1830, p.4)

Neste anúncio vemos que as aulas de Matemática aplicadas pela primeira professora para meninas da instrução pública do estado do Maranhão, que lecionava na capital, baseavam-se exatamente no que estava previsto na lei de 15 de outubro de 1827, ou seja, estava restrito apenas às quatro operações.

Sobre a segunda mestra de primeiras letras da instrução pública da capital, Dona Henriqueta Candida Ferreira o que encontramos nos jornais foi apenas um comunicado da decisão do presidente da província, Antonio Candido da Cruz Machado, em conceder-lhe o jubilamento em decorrência do período de trabalho e das suas condições de saúde, como vemos na figura 4, abaixo:

¹⁰ A forma escrita do texto é a mesma que está disponível na fonte do qual foi retirada, a saber, jornal Farol Maranhense.

Figura 6: Concessão da jubilação da Mestra Henriqueta Candida Ferreira



Fonte: Jornal Publicador Maranhense, 5/12/1856, p.1

Na esfera pública as meninas tinham acesso somente às escolas de Primeiras Letras. Nas aulas ofertadas havia uma certa dicotomia na forma de aprendizagem, entre instrução e educação, no qual os homens recebiam instrução para que desenvolvessem a intelectualidade e as mulheres a educação para desenvolver o caráter. (Abrantes, 2003)

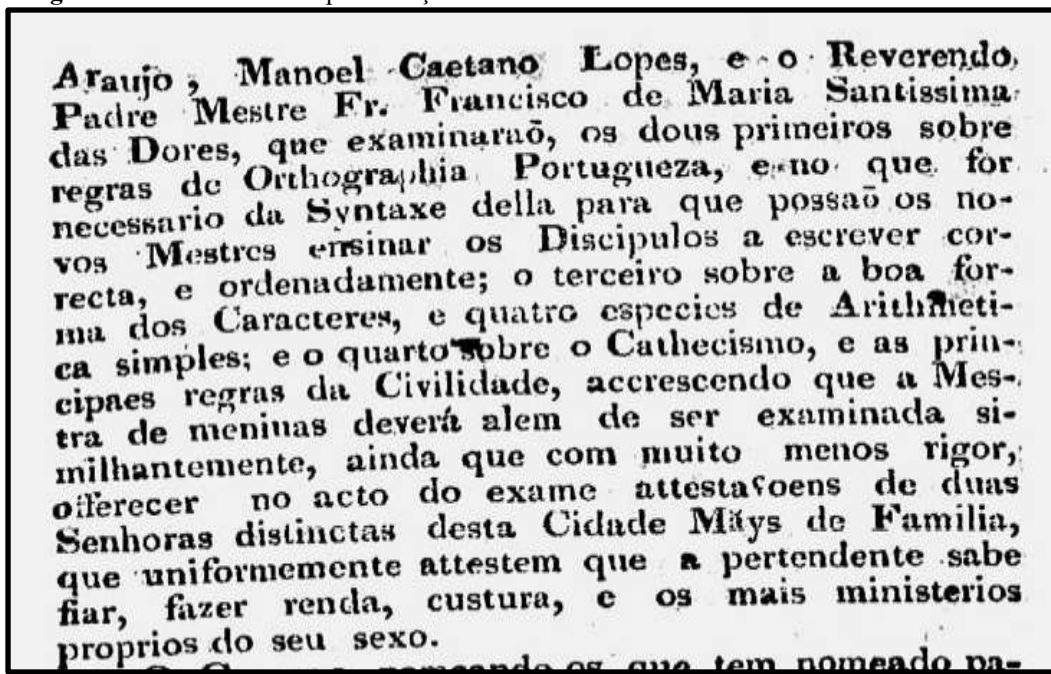
Deste modo, percebemos essa dicotomia no currículo destinado às meninas, no qual as prendas domésticas eram conteúdos obrigatórios do ensino para elas, mas a principal diferenciação que existia entre o ensino para meninos e meninas residia exatamente nos conteúdos matemáticos ofertados. Como destaca Abrantes (2003):

As prendas domésticas, justificadas em nome das funções maternas das mulheres, a isenção do ensino de geometria e a limitação do ensino de aritmética apenas às quatro operações, estabeleciam a diferença na educação escolar entre meninos e meninas. (Abrantes, 2003, p.2)

O que se observou através dos jornais pesquisados, principalmente os que estiveram em circulação na primeira metade do século XIX, é que havia uma valorização muito grande na formação da mulher para o cuidado do lar e dos filhos e que os demais saberes não importavam tanto para a formação feminina que a sociedade, daquele período, achava conveniente formar.

Podemos observar esse aspecto no recorte retirado do edital de seleção de mestres e mestras publicado em 1822 no jornal *O conciliador do Maranhão*, mostrado na figura 5, abaixo:

Figura 7: Recorte do edital para seleção de mestres e mestras de Primeiras Letras em 1822



Fonte: *O conciliador do Maranhão*, Nº 106, p.3, 1822

Esse recorte apresenta algumas regras para a seleção de mestres e mestras de primeiras letras e foi publicado meses antes da data oficial em que o Brasil se tornaria independente de Portugal. Ao se referir ao ensino para meninos, diz que os mestres, citados no texto, deverão serem avaliados sobre regras de ortografia portuguesa, para ensinarem os discípulos a escreverem, formar o caráter, aulas sobre as quatro operações da Aritmética, o catecismo e regras de civilidade. A mestra seria avaliada nestes mesmos quesitos, mas não com o mesmo rigor. Além disso, deveria ser avaliada por duas senhoras mães de família para que ambas atestassem que a candidata sabia fiar, fazer renda e demais tarefas que eram próprias do sexo feminino. Nesta seleção a mestra de primeiras letras aprovada foi a já mencionada Justiniana Joaquina Amada.

Em São Luís, na segunda metade do século XIX, havia dois estabelecimentos que acolhiam e preocupava-se com a educação das meninas desvalidas, mas as filhas de pessoas mais abastadas também frequentavam, estes estabelecimentos eram: o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios e o Asilo de Santa Teresa. (Abrantes, 2003)

Segundo Marques (1870), o Recolhimento de N. S. da Anunciação e Remédios foi criado em 1751 pelo missionário jesuíta Frei Malagrida¹¹, e a educação recebida tinha como pilar a educação civil, religiosa e moral das recolhidas e “constava das lições de primeiras letras e das prendas domésticas. Uma mestra ensinava a ler, escrever, as quatro operações aritméticas e a doutrina cristã, e uma outra mestra ensinava a coser e bordar”. (Abrantes, 2003, p.3)

Figura 8: Primeira sede do Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios



Fonte: Arquivo pessoal da autora

A instrução que era oferecida às meninas no Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios era basicamente ler, escrever, contar e a doutrina cristã, além de outros trabalhos manuais, como a confecção de flores, essas informações são claramente mencionadas em um mapa redigido no ano de 1832, no qual mostra a relação com os nomes das recolhidas que naqueles ano frequentavam o recolhimento, a data em que ingressaram, o aproveitamento e observações. Vejam na figura

¹¹ Foi um padre jesuíta muito conhecido pelos sertões do Brasil no século XVIII.

Figura 9: Mapa das educandas que existiam no Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios no ano de 1832.

Mapa das Educandas que actualmente existem no Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios desta Cidade

<i>Nomes</i>	<i>Entradas</i>	<i>Aprova- mento</i>	<i>Observação</i>
Marganda Clara dos Santos	Abril de 1822	Bom	
Thaquel Sebastiana Belfort	Maio de 1823	"	
Isabel Joaquina de Moraes	"	"	
Emilia Josephina de Souza	Março de 1824	"	
Gracinda Rosa da Silva	"	"	
Costa da Angelica de Carvalho	Abril de 1825	"	
Luzia Amalia Lima	Dez.	"	A educanda que recebeu instru-
Raimunda da Con ^{ceição} da Motta	Jan. de 1826	Mediocr	Estabelecimento, as mencionas.
Maria Joaz ^{ina} dos Reis Raposo	Março de 1827	"	das educandas, contra em a
Maria de Jesus Coelho	Junho	"	profundarem a ler, escrever. Com
Carlota Maria Falcão	Nov.	"	Far, Cozer, bordar de linha.
Maria Amalia Falcão	"	Bom	edi Ours, doutrinas, fazer flo-
Francisca Maria da Conceição	Maio de 1829	Mediocr	res, costuras Curiosidades, ma-
Maria Olina	Set.	"	pro dando adquiriram mais inst-
Quiteria Maria Beltrão	Nov.	Bom	instruccões por falta de obo-
Peter Maria Beltrão	"	Mediocr	bras proprias.
Anna Joaquina do Sacramento	Abril de 1831	"	
Anna Isabel da Conceição	Março	"	
Martinha Kapa	Junho	Poco	
Carlota Kapa	"	"	
Raimunda Antônia da Silva	Jan. de 1832	"	
Anna Leopoldina Carnier	Março de 1824		Estas tres Educandas sabiam já depois que se deu o ultima a Kappa
Mariana da Glória Carnier	"		
Rosa Joaquina Vieira	Junho de 1829		

*Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios do Maranhão 1 de
Abril de 1832.*

*Anna Francisca de L^{ra} de Fozay
Superiora*

Algo que chama a atenção neste mapa, são os conceitos do período referentes a avaliação, no qual refere-se ao aproveitamento que são classificados como: bom, mediano e pouco.

As desigualdades sociais e econômicas no Brasil do século XIX eram evidenciadas no número de meninas em situação de pobreza e órfãs. Nesse contexto, surgem os asilos para meninas desvalidas, ou seja, esses espaços eram instituições de assistência social, no qual ofereciam abrigo, alimentação e educação a meninas órfãs, abandonadas ou aquelas que estivessem em outras situações de vulnerabilidade social. Esses asilos foram em sua maioria criados ou administrados pela Igreja Católica e tinham uma preocupação com a proteção das meninas, evitando que fossem vítimas de violência ou expostas à “imoralidade”.

O Asilo de Santa Teresa foi criado no ano de 1855, quando Eduardo Olímpio Machado era presidente da Província do Maranhão. Era uma instituição exclusivamente civil e destinava-se à educação de meninas pobres, em especial as órfãs e as expostas da Santa Casa de Misericórdia (Marques, 1870). Marques (1870) apontou algumas características em relação ao quantitativo de pensionistas quando o Asilo foi fundado:

A princípio constou de 40 pensionistas da província na forma do Art. 19 do respectivo regulamento. Foi depois o número delas elevado a 50 pelo Art. 1 da lei nº 408 de 18 de Julho de 1856, e afinal a 60 pela disposição do art. 1 da lei nº 720 de 23 de Julho de 1864.

Daí em diante não houve mais alterações, porém o grande número de supranumerarias, que o governo mandou ali admitir, número aliás muito inferior ao das solicitações, provava que o de 60 pensionistas era ainda insuficiente. (Marques, 1870, p.35)

Pelo exposto por Marques (1870), pode-se perceber que havia muitas solicitações para o ingresso no Asilo, porém o número ofertado pelo governo ainda era muito pequeno. Nos aspectos educacionais, Marques (1870) destaca que:

A que se dava no Asilo era a determinada pelo disposto no art. 1 da lei nº 787, que, alterando a disposição do art. 34 do respectivo regulamento, reduziu o ensino unicamente: 1º à doutrina cristã e deveres morais, princípios gerais de gramática, escrita e aritmética até frações; 2º a trabalhos de agulha; 3º a prática de trabalhos de economia doméstica, como cozinhar, lavar, engomar. (Marques, 1870, p.36)

O grande distintivo que aparece em relação ao ensino de matemática para meninas no Asilo de Santa Teresa é a incorporação do conteúdo de frações. Essa distinção, pode ter se dado por conta da necessidade desse conteúdo em outras aulas como a de cozinhar ou pelo fato de

começar a se pensar que as mães também se ocupavam da educação dos filhos e por isso era importante que estas se instruissem.

O asilo foi uma instituição que contribuiu muito com a formação escolar e também de mão de obra das meninas no Maranhão do oitocentos, muito embora houvesse essa diferenciação quanto às aulas que o público masculino da época recebia, o que era algo comum naquele contexto.

Elencamos aqui o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios como inseridas em escolas públicas, mas é imprescindível ressaltar o caráter religioso dessas instituições e acrescentar que não eram todas as internas que não pagavam. Havia internas de famílias ricas que pagavam, como ressalta Abrantes (2010) acerca do Asilo de Santa Teresa:

O Asilo de Santa Tereza era uma instituição meramente civil, destinada a meninas pobres, mas que recebia as filhas de famílias abastadas na condição de pensionistas particulares. A instituição começou com 40 pensionistas da Província, mas esse número cresceu rapidamente, e desde sua fundação até 1869 haviam entrado no asilo 127 menores desvalidas como pensionistas da Província. Destas, 06 faleceram, 10 casaram, 35 foram entregues a seus pais, tutores ou parentes, 76 permaneciam internas. Como pensionistas particulares somaram 23 menores, sendo que 17 já haviam sido entregues a seus pais, tutores ou parentes e 06 permaneciam internas. No total, o asilo havia devolvido à sociedade até aquela data 62 moças educadas, quer solteiras ou casadas. (Abrantes, 2010, p.56)

Assim, as especificamos dentro deste tópico de escolas públicas por apresentar a ausência de pagamentos de algumas internas, mas elas não eram instituições públicas.

O principal foco na educação das meninas eram as prendas domésticas, enquanto a instrução formal era bem básica, similar à que era ofertada nas escolas públicas na Província. (Abrantes, 2010)

Quando o Bispo Dom Luís da Conceição Saraiva assumiu a Diocese do Maranhão em 1862, o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios passava por uma série de dificuldades, tanto disciplinares quanto financeiras. Com isso, o Bispo tomou a iniciativa de reorganizar a instituição. As várias medidas adotadas por ele resultaram na fundação do Colégio de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, no dia 7 de janeiro de 1865, no qual funcionava nas dependências do Recolhimento e eram cobradas mensalidades para as internas.

Em um anúncio publicado no jornal “A fé”, sobre a criação do colégio, vemos que a principal preocupação, quanto a formação das internas, encontrava-se no fato de que estas seriam as professoras dos filhos. Desse modo, o anúncio do jornal enfatiza:

A educação pois da infância, essa educação que deixa sinais indeléveis, depende inteiramente da mãe de família, e se fossem necessários exemplos, a história mostraria muitos homens faltando a seus deveres e até traindo sua própria pátria, porque a mulher, que os educou, ou não tinha inteligência ou esta não fora cultivada. (A fé, 1865, p.4)

Deste modo, a educação da mulher estava voltada não para seu crescimento profissional, mas para atender as necessidades do lar e para que estas pudessem educar os filhos.

A educação feminina em São Luís encontrava-se envolvida pelo discurso moralizador que aceitava a mulher somente em seus papéis de filha, esposa e mãe. Algumas mudanças ocorridas na educação escolar que pareciam indicar um avanço da mentalidade quanto a imagética feminina, com um número maior de estabelecimentos de ensino, especialmente os particulares que ofereciam às mulheres das camadas sociais superiores o acesso a um nível de ensino mais elevado, baseavam-se em princípios conservadores do status quo da família e da sociedade, pretendendo manter a mulher submissa e reservada ao espaço do lar. (Abrantes, 2003, p.5)

Como bem mencionado por Abrantes (2003), os estabelecimentos de ensino que ofereciam instrução escolar para meninas em São Luís, em grande parte de caráter particular, atendiam as camadas mais elevadas economicamente, ou seja, a maior parte das meninas daquele dado momento da história não tinham acesso a educação proporcionada por uma escola, por isso no século XIX tinha-se um alto índice de analfabetismo desse público.

Segundo Rodrigues (2010) o Colégio de Nossa senhora da Anunciação e Remédios, em seu programa de ensino, abrangia, no total cinco anos de estudo, a saber:

- No primeiro ano, ensinavam a ler e escrever, contar até as quatro operações aritméticas por números inteiros, rudimentos de gramática portuguesa, doutrina cristã e música vocal;
- No segundo ano, era desenvolvido o ensino da gramática portuguesa, leitura de livros clássicos, caligrafia complementar, aritmética até proporções, sistema métrico decimal, doutrina cristã e música vocal;
- No terceiro ano, era dada continuidade ao ensino desenvolvido da gramática portuguesa, com caligrafia complementar, desenho linear, rudimentos de História Pátria e Geografia, elementos de História Sagrada, análise gramatical dos clássicos, catecismo, música vocal e piano;
- No quarto ano, era ministrado o ensino de Gramática francesa, com versão de prosa, composição, continuação da análise gramatical dos clássicos, Geografia, Desenho, catecismo, música vocal e piano;
- No quinto ano era estudada a versão dos clássicos franceses prosadores e poetas, composição, Geografia, Desenho, catecismo, música vocal e piano. (Rodrigues, 2010, p.96)

Como podemos observar, através deste levantamento realizado por Rodrigues (2010) no estatuto do colégio, o conteúdo matemático aplicado as meninas consta apenas nos dois primeiros anos, onde no primeiro envolve a contagem de números e estende-se até as quatro operações, no segundo ano aritmética até proporções e sistema métrico decimal.

Figura 10: Prédio construído em 1870 para sediar o Recolhimento de N. Sa. da Anunciação e Remédios



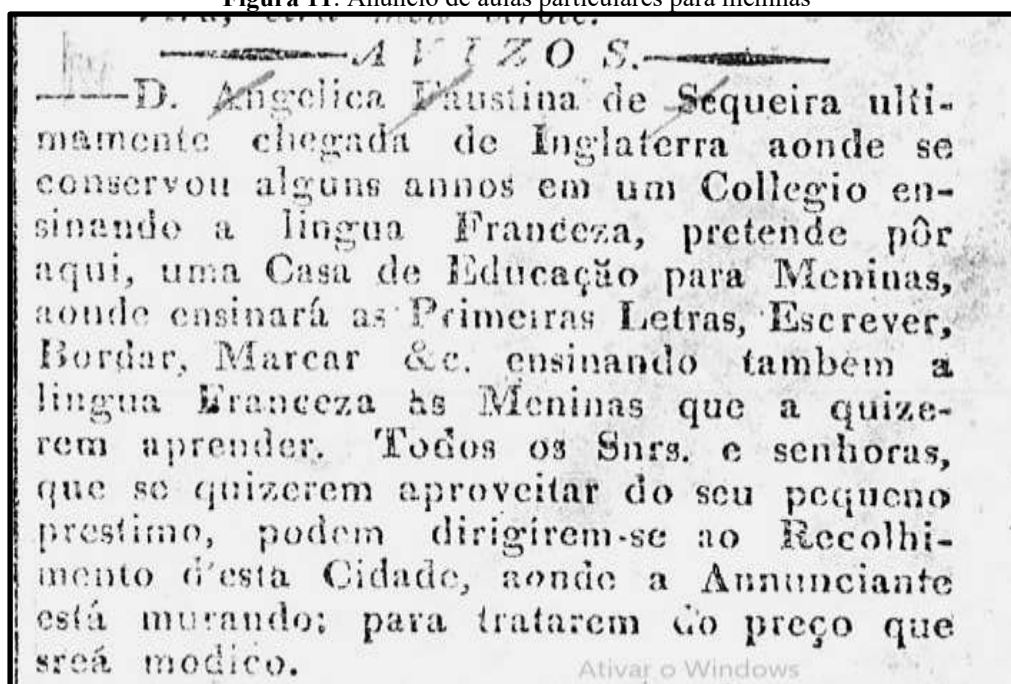
Fonte: Guia turístico cultural: São Luís, p.83

Portanto, a educação oferecida no Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios e no Asilo de Santa Teresa favoreceu as recolhidas e as asiladas em certos aspectos, mas deixou a desejar em outros, em especial no ensino de Matemática.

4.4 Os saberes matemáticos nas escolas particulares para meninas em São Luís-MA

Das escolas para meninas que funcionaram no século XIX em São Luís-MA, que conseguimos catalogar, além do Asilo de Santa Teresa, do Recolhimento de N. S. da Anunciação e Remédios e as escolas de instrução públicas, tinham várias outras particulares (a maioria). Encontramos também nos anúncios dos jornais mestras que davam aulas particulares e montavam escolas em suas casas, como mostra a Figura 6 a seguir:

Figura 11: Anúncio de aulas particulares para meninas

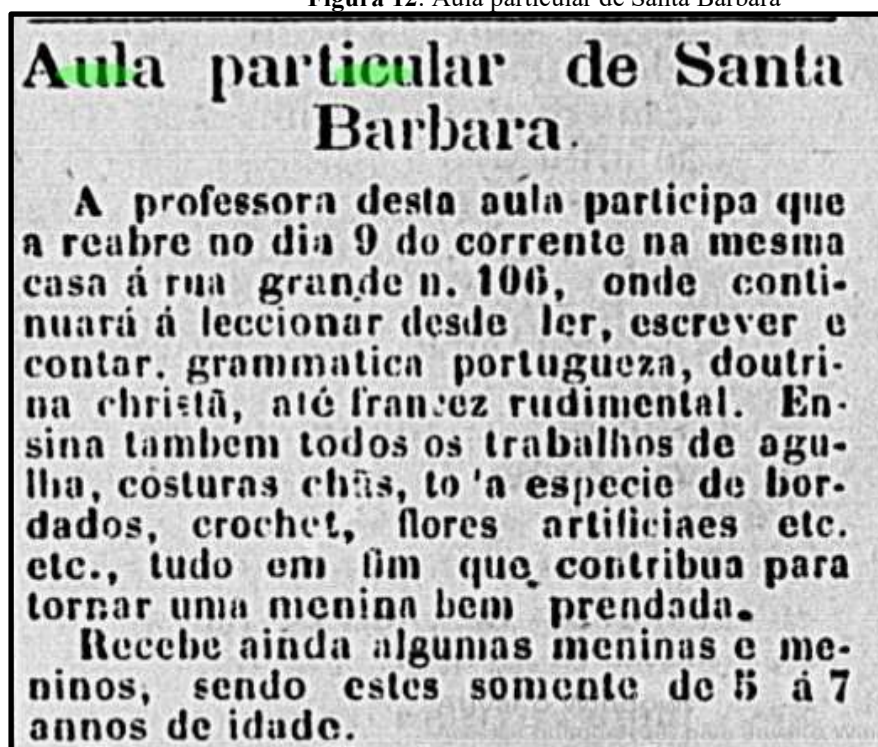


Fonte: jornal O investigador maranhense, 1836, p.100

Observem que no aviso são ofertadas várias aulas, como as Primeiras Letras, escrever, bordar, marcar e até a língua francesa, mas a Matemática não consta no currículo das aulas particulares oferecidas por essa mestra.

Anúncios como este são bem comuns serem encontrados nos jornais que circulavam no Maranhão oitocentista. As mulheres que publicaram estes anúncios muito provavelmente pertenciam a uma classe econômica mais elevada, tendo em vista que publicar algo em jornais do período não custava pouco. As moças que ofertavam estas aulas particulares vinham de famílias ricas, e muitas receberam instrução escolar fora do Brasil, como consta no anúncio acima: “D. Angelica Faustina de Sequeira ultimamente chegada de Inglaterra aonde se conservou alguns anos em um colégio”. Veja abaixo outro anúncio de aulas particulares publicado no jornal Diário do Maranhão:

Figura 12: Aula particular de Santa Bárbara



Fonte: Jornal Diário do Maranhão, 1882.

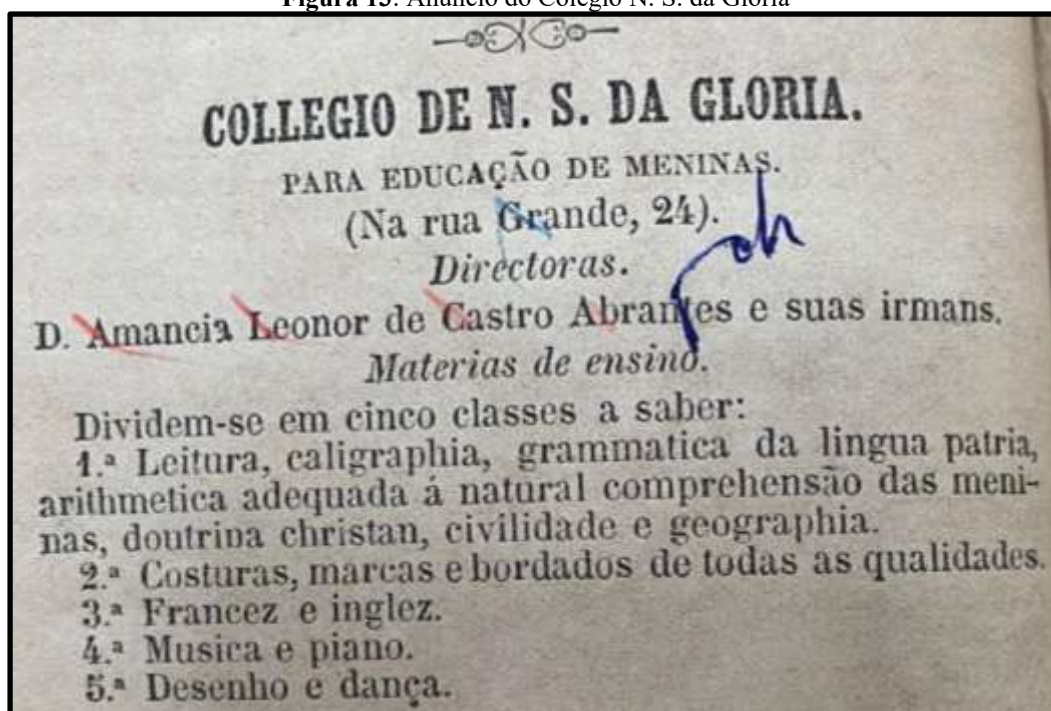
O foco principal da educação para meninas que aparece neste anúncio é torná-las “prendadas”. No que diz respeito à instrução escolar limitava-se a ler, escrever e contar.

Mais de dois séculos após a fundação da capital maranhense, no ano de 1844, foi criada a primeira escola particular para atender o público feminino, tendo como criadora a espanhola radicada no Brasil Marta Alonso Veado Alvarez de Castro Abranches, mais conhecida como Dona Martinha Abranches. A escola fundada por D. Martinha foi o Colégio Nossa Senhora da Glória.

No Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial, que tinha como editor B. de Mattos, publicado em 1863, consta que o colégio era frequentado, naquele ano, por 136 alunas¹². Nesta mesma publicação de 1863, bem como em outras publicações em almanaques do século XIX, encontramos anúncios da escola com a seguinte nota:

¹² Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial, 1863, p.138

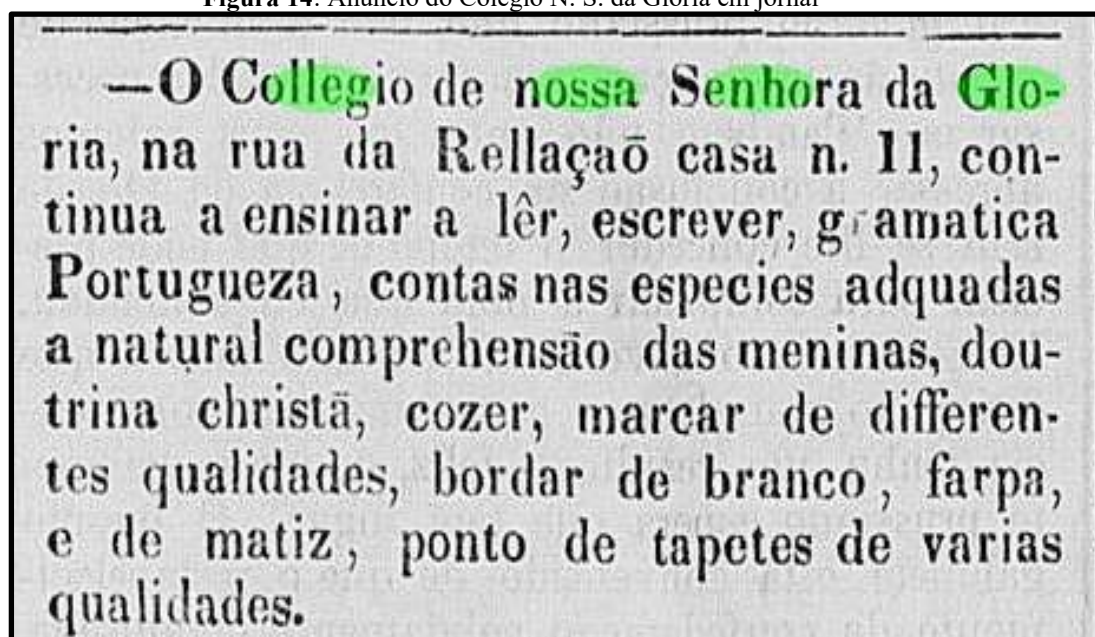
Figura 13: Anúncio do Colégio N. S. da Glória



Fonte: B. de Mattos. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial, 1863, p.138

Em diferentes períodos da segunda metade do século XIX encontramos esse aviso acerca das matérias de ensino que dispunha o colégio N. S da Glória. Esta apresentação da instituição aparece também nos jornais, como mostra a figura 8:

Figura 14: Anúncio do Colégio N. S. da Glória em jornal



Fonte: Jornal Correio D'Annuncios, 1851, n°38, 6 Junho de 1851, p.4

Estes anúncios acerca das matérias ensinadas que circulavam tanto nos jornais quanto nos almanaques, sendo que o anúncio do almanaque da figura 9 foi publicado mais de uma década após a publicação no Correio D'Annuncios, mas não mudou em nada o que vinha escrito sobre o ensino de matemática para as meninas. O texto fala que a Matemática que a escola ofertava eram contas nas espécies adequadas à natural compreensão das meninas. Isso nos leva a um retorno ao discurso no senado do Visconde de Cayru (BA), quando da criação da lei da instrução pública em 1827, no qual diz que “modernamente têm aparecido mulheres distintas na Matemática”. Mas, ele reforçava dizendo que era uma raridade uma mulher se destacar e que a Geometria não seria de fácil compreensão para elas e também que não serviria nas atividades cotidianas das meninas. Assim,

o domínio da casa era claramente o seu destino e para esse domínio as moças deveriam estar plenamente preparadas. Sua circulação pelos espaços públicos só deveria se fazer em situações especiais, notadamente ligadas às atividades da Igreja que, com suas missas, novenas e procissões, representava uma das poucas formas de lazer para essas jovens. (Louro, 2022, p. 446)

Nas escolas particulares era ofertado o ensino secundário às mulheres, porém de forma diferente ao que se aplicava aos homens. Para os homens era o caminho para o ingresso ao ensino superior, temos como exemplo o Liceu Maranhense e também as várias escolas particulares para meninos em São Luís. Já a educação feminina tinha como objetivo preparar a mulher para o casamento e o cuidado dos filhos, ou seja, a educação secundária feminina era mais uma formação para o desempenho das atividades domésticas. Na segunda metade do século, são incorporadas aulas de alguns idiomas nos currículos das escolas para meninas, que era o diferencial para muitas delas, o francês era o mais requisitado por ser concebido como um idioma elegante para as moças da sociedade. (Abrantes, 2003, p.2)

Em relação a esse diferencial quanto a oferta de aulas particulares para meninas e para meninos também podem ser percebidos pelos anúncios que trazem a propaganda de aulas para meninos, como mostra o anúncio publicado no jornal Diário do Maranhão em 1880.

Figura 15: Anúncio de aulas particulares para meninos.

**Aula de instrucção primaria
para meninos •**

D. Amaziles Pereira Guterres, julgando-se habilitada para leccionar leitura, calligraphia e contabilidade, communica aos srs. pais de familia que em casa de sua residencia á rua do Sol n. 62. funciona uma aula particular para meninos, das 9 horas da manhã ás 3 da tarde, mediante a quantia de 2\$000 mensaes. Para esse fim offerece lhes os seus serviços, pedindo-lhes sua valiosa protecção.

3—3

Fonte: Jornal Diário do Maranhão, 1880.

O anúncio mostra a oferta de aulas, onde a professora julga-se habilitada para lecionar leitura, caligrafia e contabilidade. Há um diferencial, pois na oferta dessas aulas para meninas não consta contabilidade.

O quadro a seguir, traz os conteúdos que eram ofertados nas aulas de matemática para meninas em seis escolas particulares que funcionaram em São Luís no século XIX.

Quadro 5: Conteúdos matemáticos em escolas particulares de São Luís-MA

Escola	Conteúdo	Ano da publicação	Fonte
Colégio de N. S. da Soledade	Noções Gerais de Aritmética	1863	Almanak Administrativo, Mercantil e industrial (MA), 1863, p.134
Colégio N. S. da Conceição	Rudimentos de Aritmética	1866	Almanak Administrativo, Mercantil e industrial (MA), 1866, p.183
Colégio N.S. de Nazareth	<ul style="list-style-type: none"> • Noções elementares de numeração, tabuada e as quatro operações aritméticas; • Aritmética até proporções. 	1866	Almanak Administrativo, Mercantil e industrial (MA), Editor: B. de Mattos, 1866, p.184-185)
Collegio de Sant'Anna	As principais operações de Aritmética	1866	Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial (MA), Editor: B. de Mattos, 1866, p.181)
Colégio de Santa Isabel	<ul style="list-style-type: none"> • Tabuada, as quatro operações aritméticas com números inteiros e decimais. • Sistema métrico decimal 	1870	Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial (MA), Editor: B. de Mattos, 1870, p. 212)
Collegio São Sebastião	Aritmética (Com o objetivo de contar)	1881	Jornal Diário do Maranhão, 1881, N° 2.218, p. 2

As informações dos almanaques trazem o plano geral de ensino, e no plano vem especificando as disciplinas e os conteúdos ofertados. Nos jornais vem de forma mais resumida, em pequenas notas de anúncios. Mas, em ambas as fontes, o que se percebe é que somente na

segunda metade do século começa a ver pequenas mudanças na oferta dessas aulas, mas o que preponderou no ensino de Matemática para meninas, em praticamente todo o século, foi a restrição do mesmo as quatro operações da aritmética.

Vemos um distintivo no Colégio de N. S. de Nazareth no ano de 1866, onde o plano de ensino fala que o conteúdo matemático vai até proporções. Também percebemos essa diferenciação no Asylo de Santa Teresa, no qual já foi mencionado, que o conteúdo ia até frações. Mas, essa preocupação em inserir algo novo na aprendizagem das meninas estava quase sempre relacionada com a função social que esta mulher deveria desempenhar, uma dessas funções era a de mãe como primeira educadora dos filhos.

A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos. (Louro, 2022, p. 446-447)

Deste modo, “seria uma simplificação grosseira compreender a educação das meninas e dos meninos como processos únicos, de algum modo *universais* dentro daquela sociedade” (Louro, 2022, p.444), principalmente quando se tratava dos conteúdos matemáticos.

Essa diferenciação, principalmente no que concerne ao ensino de matemática, contribuem para a produção de discursos que ainda permeiam a sociedade atual e se perpetuam como “realidades”, como destaca Souza e Fonseca (2010):

Tais relações configuram-se, assim, como “realidades”, produzindo os diferentes significados que temos atribuído a “masculino”, “feminino” e “matemática” em nossas práticas cotidianas: nos modos como educamos meninas e meninos no modo como nos relacionamos com a matemática (seja na escola ou fora dela), nos modos como nos organizamos como mulheres e homens e em nossas relações com a matemática e organizamos tais relações, e nos modos como produzimos práticas matemáticas femininas e práticas matemáticas masculinas. (Souza; Fonseca, 2010, p.31-32)

Essas relações com a matemática permeia a ideia, que ao longo da história foi sendo propagada, em que a utilidade da matemática para as mulheres e para os homens eram diferentes, onde a elas não era necessário avançar no conhecimento matemático, uma vez que as suas funções não exigiam tanto, tendo em vista que eram ensinadas basicamente aos cuidados com o lar, com o esposo e os filhos.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Com o material coletado na pesquisa e a análise dos mesmos, observamos que as mulheres no Maranhão no século XIX tinham uma formação que privilegiava a educação doméstica e a religiosa, deixando as primeiras letras para último lugar, e com elas a matemática era a menos relevante. Isso porque os estabelecimentos, quando não eram colégios particulares, restavam-lhes os de caráter religioso.

Essa pouca importância dada ao ensino de matemática para meninas, perdurou ao longo do século XIX, e as mudanças só começam a surgir no final do século por conta dos ideais de modernidade e progresso advindos do período republicano, porém muitas dessas mudanças não era uma forma emancipatória da mulher, mas porque ela era a primeira educadora dos filhos, portanto, era pertinente que tivesse uma educação escolarizada mais avançada.

Muitos dos discursos sexistas, presentes no contexto analisado, em torno da temática da construção do currículo de Matemática para meninas, se pautavam na pouca utilidade que o aprendizado de outros conteúdos, além das quatro operações, proporcionaria a elas, tendo em vista as funções que estas desempenhariam no meio social.

Além disso, acreditava-se que as capacidades intelectuais das mulheres eram inferiores às dos homens, principalmente na aprendizagem de conteúdos matemáticos.

Chamamos a atenção para o contexto analisado, no sentido de dizer que para a sociedade patriarcal da época era comum se pensar a figura feminina como a esposa e mãe. Mas, também é uma forma de mostrarmos as rupturas e as permanências na história das mulheres relacionados ao ensino de matemática em São Luís-MA, uma vez que é nítida a evolução, porém ainda há muito a se alcançar.

Com a escrita deste trabalho, esperamos que caminhos se abram para novas indagações acerca da temática. Pois, a pesquisa que deu origem a esse texto, encontrou dificuldades por não encontrar na literatura trabalhos com relação direta ao assunto pesquisado. Por isso, acreditamos que este trabalho trará muitas contribuições para outros pesquisadores e até mesmo para aprofundarmos mais na temática para uma produção mais robusta e com mais informações. O número considerável de escolas para meninas que funcionaram em São Luís no século XIX que conseguimos identificar até o momento e as informações sobre os conteúdos de matemática ofertados nestas instituições, nos leva a acreditar que muito teremos a escrever sobre essa história e com ela contribuir para a história da educação matemática no Maranhão, no Brasil e no mundo. Mas, não temos pretensão nenhuma de estabelecer aqui uma verdade inquestionável, pois sabemos que isso não é possível dentro de uma perspectiva de análise de um tempo no qual

não estivemos presentes, e mesmo na história do tempo presente isso não seria possível, tendo em vista que cada pesquisador traz as suas subjetividades. Assim sendo, este trabalho pode abrir caminhos para pesquisas futuras.

Temas como esse, assumem também uma importância na desconstrução de estereótipos que se criam em torno do papel feminino na sociedade, com destaque para aqueles criados em torno da participação feminina nas ciências exatas. Deste modo, uma pesquisa histórica nos ajuda a entender determinadas ações do tempo presente e a tomarmos atitudes que visem o bem comum, pois “não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar.” (Freire, 1986, p.77)

Que sejamos agentes de transformação social a partir do momento que entendemos o que levou a se ter uma determinada concepção acerca de uma dada realidade. Neste caso, referimo-nos à concepção que muitas pessoas ainda têm acerca da figura feminina ocupando espaços que historicamente foram lidos como apenas masculinos, como é o caso das ciências exatas, em especial a matemática.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, E. S. “*O dote é a moça educada*”: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. 2010. 323f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2010.

ABRANTES, E. S. *A Educação Feminina em São Luís no Século XIX*. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177544_e5d629361e5c729253c076e63476e4e5.pdf. Acesso em 28 de Março de 2025.

ALMEIDA, D. A; ALMEIDA, S. P. N. C.; AMORIM, M. M. T. *Gênero, Discurso e Docência em Matemática no Ensino Superior: Um olhar para o Norte de Minas Gerais*. Bolema, Rio Claro (SP), v. 36, n.73, p.923-943, ago. 2022.

BACELLAR, Carlos. *Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BARROS, José D’Assunção. *Fontes históricas: Introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Vozes, 2019.

BARROS, José D’Assunção. *O jornal como fonte histórica*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2023.

BLOCH, M. *Apologia da história: ou ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BURKE, P. *A escrita da história*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

BRASIL. *Anais do Senado Federal*. Sessão de 29 de agosto de 1827, vol. 2, p. 264-278. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1827/1827%20Livro%202.pdf. Acesso em: 21 de março de 2025.

BRASIL. *Anais do Senado Federal*, sessão de 30 de agosto de 1827, vol. 2, p. 276-278. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1827/1827%20Livro%202.pdf. Acesso em: 21 de março de 2025.

BRASIL. *Collecção das leis do Imperio do Brazil-1827*, página 72, Vol. 1 pt. I (Publicação Original) parte primeira. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html . Acesso em: 22 de Março de 2025.

CAMPOI, Isabela Candeloro. *Educação de meninas no século XIX através dos exemplos da brasileira Nísia Floresta e da alemã Matilde Anneke*. Revista NUPEM, Campo Mourão, v.3, n.5, ago./dez.2011.

CARVALHO, Jeferson Luís Marinho de; GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. *Um almanaque de cidade como objeto de pesquisa da história da cultura escrita: Almanack da Parnahyba (1924-1982)*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/4ZszPjBMZwpVYDjDzGsTHDz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 de Março de 2025.

CELLARD, A. A análise documental. In: J. Poupart. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHASSOT, Attico. *A ciência é masculina? É, sim senhora!* Contexto e Educação. Editora UNIÚ – Ano 19 - nº 71-72 - Jan / dez. 2004 - p. 9 – 28.

CRUZ, Mariléia dos Santos. *Instrução pública do “sexo Feminino” no Maranhão: No Diretório Dos Índios e Início do século XIX*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/CHHPqggHdmzmbX5Yf7BcVrb/?lang=pt>. Acesso em: 25 de Março de 2025.

D’AMBRÓSIO, U. *A história da Matemática: questões historiográficas e políticas e reflexos na educação matemática*. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani (Org.). *Pesquisa em Educação Matemática: concepções e perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1999. Disponível em: https://cattai.mat.br/site/files/ensino/uneb/pfreire/docs/HistoriaDaMatematica/Ubiratan_DAmbrosio_doisTextos.pdf. Acesso em: 20 de Março de 2025.

D’AMBRÓSIO, U. *Educação Matemática: da Teoria à Prática*. 14. ed. Campinas: Papirus, 2007.

DEL PRIORE, Mary. *Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil (1500-2000)*. São Paulo: Planeta, 2020.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana. Gonçalves. *Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil*. *Revista Brasileira de Educação*, (14), 2000. p. 19-33. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/rjhxvFpJQ97LDYVJxkXybbD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 de Março de 2025.

FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. *Investigação em Educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção formação de professores).

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, Emblemas e Sinais*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GOODSON, I. F. *Currículo: teoria e história*. Tradução Atílio Brunetta. 15ª ed. (atualizada e ampliada). Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.– (Coleção Ciências Sociais da Educação).

LE GOFF, J. *História e Memória*. 4.ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1990.

LOPES, José Antonio Viana. *Guia Turístico Cultural São Luís: patrimônio Mundial*. São Paulo: Queres edições, 2024.

LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed., 9º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2022.

LUCA, Tania Regina. *Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARQUES, Cezar Augusto. *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. Maranhão: Typ. do Farias, 1870.

MUZART, Z. L. *Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX*. Revista Estudos Feministas, 11 (1). Junho, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QFg3mNfZzjCK3B4YJSNF7vs/#top>. Acesso em: 03 de julho de 2025.

MORAES, Jomar. *Culturazinha de almanaque*. Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2009/11/04/culturazinha-de-almanaque>. Acesso em: 30 de Março de 2025.

PARK, M. B. *Histórias e leituras de almanaques no Brasil*. Tese (Doutorado em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1998. Disponível em: <https://catedero.org.br/wp-content/uploads/2010/10/1.-1998-PDF-Hist-e-leit-de-almanaq-do-Br1.pdf> Acesso em: 29 de março de 2025.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2.ed., 6º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p.41

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cultura e representações, uma trajetória*. Rio Grande do Sul: Anpuh-RS, 2006. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/sandra1.htm>. Acesso em: 30 de Agosto de 2025.

PINSKY, Jaime. *Por que gostamos de História*. São Paulo: Contexto, 2013.

RIBEIRO, Elke Rusana Pires Santos; SILVA, Antonio José da; GUIMARÃES, Marcos Denilson. *Os saberes matemáticos para meninas no Maranhão: um breve contexto a partir da Primeira Lei Educacional Brasileira de 1827*. Revista REAMEC, Cuiabá/MT, v. 11, n. 1, e23079, jan./dez., 2023. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/reamec/article/view/16661>. Acesso em: 30 de Agosto de 2025.

RODRIGUES, M. J. L. *Educação Feminina no Recolhimento do Maranhão: o redefinir de uma Instituição*. São Luís: Café & Lápis; EDUFMA; FAPEMA, 2012.

RODRIGUES, Maria José Lobato. *Educação Feminina no Recolhimento do Maranhão: o redefinir de uma Instituição*. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2010. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/181>. Acesso em: 12 de Novembro de 2024.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade. Porto Alegre: Faculdade de Educação/ UFRGS, v. 6, n. 2, jul./dez. 1995.

SILVA JÚNIOR, Jonas Alves da. In. ESQUINCALHA, Agnaldo da Conceição (org.). *Estudo de gênero e sexualidades em Educação Matemática: tensionamentos e possibilidades*. Brasília: Sociedade Brasileira de Educação Matemática, 2022.

SILVA, Thiago Fernando Sant'Anna e. *Gênero, história e educação: a experiência de escolarização de meninas e meninos na província de Goiás (1827 - 1889)*. 2010. 240 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/890237>. Acesso em 13 de Fevereiro, 2025.

SOARES, W. J. B. S. *XIX - uma história, uma cidade e os primórdios da matemática escolar*. Curitiba: Appris, 2018.

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de; FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. *Relações de gênero, Educação Matemática e discurso: enunciados sobre mulheres, homens e matemática*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010.

VALENTE, Wagner Rodrigues. *Oito temas sobre História da Educação Matemática*. REMATEC, Natal (RN) Ano 8, n.12/ Jan.-Jun. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/160384?show=full>. Acesso em 27 de Outubro de 2024.

FONTES HISTÓRICAS

A fé: jornal religioso e literário. São Luís-MA, 1865, p.4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=385336&pagfis=44>. Acesso em: 02 de Agosto de 2025.

Chrysalida. N° 12. Caxias-MA, 1884, p.1. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=710482&pagfis=1>.

Diário do Maranhão, 1881, N° 2.218, p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720011&pasta=ano%20188&pesq=Arithm%C3%A9tica&pagfis=11595>.

Diário do Maranhão, 1882, Edição: Edição 02517. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&pesq=%22Aula%20particular%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=12765>. Acesso em: 26 de Julho de 2025.

Farol Maranhense, n° 228, 1830, p. 959. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=749958&pesq=%22primeiras%20letras%22&pagfis=1126>.

Farol Maranhense, n° 35, de 30 de Maio de 1828. Hemeroteca Digital Brasileira.

Jornal do comércio: Instructivo, Agrícola e Recreativo (MA) – 1858. 31 de Outubro de 1860, p.4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030066&pesq=%22Col%C3%A9gio%20N.%20S.%20da%20Soledade%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1000> . Acesso em 26 de Julho de 2025.

O investigador maranhense. N° 25, p. 100 – 3 de maio de 1836. Typografia do Constitucional. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761508&pesq=Dona%20ang%C3%A9lica&pagfis=12> . Acesso em: 28 de Março de 2025.

O Conciliador do Maranhão. *Para provimento e Creação de Eschollas*. N°106, p.2-3 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749524&pasta=ano%20182&pesq=eschollas&pagfis=500>. Acesso em 25 de março de 2025.

Publicador Maranhense, 5/12/1856, p.1. Disponível em:
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720089&pesq=Abranches&pasta=ano%20184&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=7601>. Acesso em 25 de março de 2025.